PROGNÓSTICO
PRECURSOR 78/79

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 2 – N.° 13 - 14

24 DE JULHO DE 1978

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

ROANALYSIS é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola (GIA) dedicada à análise e previsão dos mercados agropecuários, cuja periodicidade é quinzenal de fevereiro a agosto, e mensal de setembro a janeiro.

ORDENADOR Paulo Rabello de Castro

ADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

stecimento, Tributação, Infraestrutura Rural	–	Ailton Coentro Filho
mos Modernos, Meteorologia	–	Bruno M. Rangel Pessanha
nomia Internacional, Feijão	–	Roberto Moreno Moreira
ação Fundiária e Trabalhista, Política Nacional	–	José Marcos Lemos Fochi
da e Crédito, Cana-de-Açúcar, Mandioca	–	Moema Unis Benevides
z, Café, Fumo	–	Regis N. Cunha Alimandro
ária Bovina	–	Antonio R. Marques Gonçalves
ginosas, Trigo, Metais	–	Fernando R. Freitas Almeida
iço de Informações Básicas	–	Francisco A. Fonseca Menezes
as, Processamento Agroindustrial e Agrocomercial	–	Inês Teresa Lyra
u, Fruticultura, Horticultura	–	Itazil F. Benício dos Santos
o, Rações, Animais de Pequeno Porte	–	Ivan Wedekin

ADRO DE APOIO

umentação	–	Maria Eunice Rocha
etaria	–	Maria Dolores G. Fernandez
	–	Maria Beatriz R. Fernandes
	–	Maria do Carmo M. Gomory
	–	Desirée Virgínia Machado
	–	Jorge Martins dos Santos

Agroanalysis. v.I – , n.1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30cm Quinzenal (fev. a ago.)
Mensal (set. a jan.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 2 nº 13-14 24 de julho de 1978

PROGNÓSTICO PRECURSOR 78/79

SUMÁRIO

Páginas

O Panorama 78/79 II
Trigo 1
Arroz 6
Café 11
Açúcar 15
Feijão 22
Cacau 26
Milho 30
Avicultura 38
Algodão 40
Soja 46
Pecuária 51
Suco de Laranja 58

Agroanalysis	*Rio de Janeiro*	*v.2*	*n. 13-14*	*págs. 1 a 62*	*jul. 1978*

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

O PANORAMA 78/79

Várias instituições vinculadas à agropecuária vêm, há muito, realizando prognósticos anuais de safras. Algumas dessas instituições, tanto da esfera privada quanto governamental, desenvolveram uma metodologia de trabalho cujos resultados previsionais têm-se mostrado bastante confiáveis, embora fatores aleatórios como, por exemplo, as condições climáticas, continuem a desafiar o conhecimento técnico-científico dos analistas de mercados.

Entretanto, esses prognósticos, quando se revestem de caráter precoce, encontram no sigilo em que normalmente são envoltos, séria limitação a um proveito mais amplo que derivaria da maior divulgação das informações neles contidas. Assim, o acesso a essas informações fica, via de regra, restrito aos órgãos de planejamento, muitas vezes apenas colaborando para a determinação dos diversos preços de referência empregados como parâmetros de condução da política agrícola brasileira.

Por sua vez, outras instituições têm-se especializado na realização de prognósticos que, embora desprovidos de caráter particularmente precoce, possuem a função de sistematizar ***a posteriori*** um volume significativo de informações relativas aos diversos mercados agrícolas. A época do ano em que, usualmente, vêm a público esses estudos, não mais permite que se prestem à função de subsidiar certas decisões antecipadas de política agrícola nem, tampouco, as opções de plantio do produtor rural.

O objetivo precípuo deste estudo, ora divulgado pelo Grupo de Informação Agrícola é, exatamente procurar fornecer àqueles segmentos decisórios ainda não atendidos pelas publicações já existentes, uma análise criteriosa e suficientemente antecipada das perspectivas da agricultura brasileira para o ano-safra vindouro. O **Prognóstico Precursor 78/79**, justamente por seu caráter ao mesmo tempo amplo e precoce, permitirá conferir — esperamos — maior racionalidade econômica às decisões daqueles segmentos envolvidos no ritual da produção agrícola.

O caráter especulativo, inerente à própria natureza da investigação do futuro, mormente quando as únicas variáveis disponíveis ainda são apenas as que descrevem o comportamento pretérito dos mercados, sujeita qualquer prognóstico antecipado às diversas revisões oriundas de eventuais modificações no panorama econômico e político internacional, bem como das futuras ações governamentais. Não obstante, deve-se notar que o produtor rural é obrigado a tomar suas decisões, dispondo, às vezes, de recursos informacionais extremamente precários. Nosso intuito é, assim, partindo da determinação de composições prováveis das principais variáveis econômicas, avaliar suas conseqüências futuras sobre os diversos mercados analisados. Evidentemente, a imponderabilidade das condições climáticas, e a elevada vulnerabilidade da produção agrícola brasileira a esses fatores, emprestam limitações ainda maiores à confiança nas previsões.

Diante daqueles objetivos de precocidade e ampla utilização, bem como das limitações daí decorrentes,

e na impossibilidade de açambarcar todo o universo agrícola, escolhemos doze mercados que têm sido objetivo de acompanhamento sistemático pelo GIA. Quanto às análises apresentadas a seguir, cumpre registrar que resultam todas de um mesmo sistema lógico de tratamento da Informação, ainda que respeitando a natural diversidade de enfoques exigida pela realidade de cada produto.

ABASTECIMENTO E EXPORTAÇÃO EM 1979

Ano após ano tem-se tornado cada vez mais palpável a diferença de potencial produtivo conferido pela política agrícola brasileira às culturas ditas de exportação, em detrimento das atividades voltadas ao abastecimento interno. Como resultado, vem-se tornando mais freqüentes e agudas as crises internas de escassez de alimentos. Estas ocorrências desencadeiam atitudes paliativas de última hora, como tabelamentos, importações etc., — remédios cujo uso prolongado não só minora seus efeitos desejáveis como também deixa seqüelas indeléveis. Por sua vez, as culturas de exportação, em que pese o reduzido poder de controle que detemos na maioria dos mercados, têm logrado até aqui um desempenho brilhante, embora efêmero, numa conjuntura em que nossa balança comercial não poderia ter prescindido da colaboração da agricultura para obter uma precária estabilidade.

O abastecimento interno, no decorrer deste semestre e do ano vindouro, reveste-se de importância especial, dado o atual panorama político brasileiro. Em conseqüência, será necessário compatibilizar dois objetivos que, no decorrer dos próximos meses, assumirão caráteres ainda mais díspares: a estabilização do abastecimento interno a preços módicos e o incentivo à produção rural. Induzindo dificuldade adicional à compatibilização destes objetivos, existe a necessidade de compensar a redução da oferta de bens agrícolas resultante dos problemas climáticos, que inflingiram ponderável declínio à produção da safra 77/78. A variável crítica, nesse caso, é a redução a nível mínimo, dos estoques nacionais de segurança, até o final de 1978.

As culturas de exportação prejudicadas pela seca têm no esperado retorno aos níveis normais de produtividade e na gradual recuperação da demanda mundial, dois fatores que poderão contribuir para propiciar, em 1979, um retorno a sua participação tradicional na balança comercial brasileira. Por outro lado, a perspectiva de preços de outros produtos agrícolas exportados pelo Brasil, não se configura promissora. As cotações internacionais do café, por exemplo, encontram-se em franco declínio desde abril de 1977 e uma recuperação só seria possível em decorrência de geadas no sul do país.

No mercado de grãos e oleaginosas, também é reduzida a possibilidade de substancial elevação de preços, a curto prazo. Muito embora seja previsível algum movimento ascendente nas cotações do milho e do trigo em resposta à redução da área de plantio nos EUA, os estoques norte-americanos daqueles cereais — porque ainda elevados — terão o efeito de moderar as possíveis pressões altistas em seus preços. Por seu turno, a soja, que exerce ponderável influência sobre as cotações do mercado de grãos, não reforçará aquela leve tendência altista, devido à maior oferta conjunta Brasil-EUA em 1979, já visualizada na possível confirmação das atuais estimativas de elevados estoques finais em set/78 e na evolução favorá-

vel do plantio da nova safra norte-americana.

Assim, é possível vislumbrar sinais de uma recuperação apenas modesta da participação líqüida (exportações menos importações) da agricultura na balança comercial de 1979, mormente se não pudermos imaginar instrumentos capazes de contornar a onda crescente de protecionismo dos mercados importadores. Se, adicionalmente, não perdurar a atual situação de boa liqüidez do sistema financeiro internacional, deveremos assistir ao recrudescimento das pressões de nossos credores, em cujo bojo virá, de novo, a discussão acerca do incômodo nível da dívida externa brasileira.

AGRICULTURAS DE ABUNDÂNCIA VS. AGRICULTURAS DE ESCASSEZ

A agricultura de abundância praticada nos EUA resultou na necessidade da aplicação de programas especiais (ex. os ***set aside***) que objetivam reduzir a safra 78/79 de vários produtos de expressiva importancia, entre eles, o trigo, o milho e o algodão.

Nos países-membros da Comunidade Econômica Européia (CEE), verifica-se o mesmo fenômeno — abundância — ainda que em níveis bastante inferiores aos padrões norte-americanos; em parte, o superávit agrícola da CEE decorre de uma decisão unilateral de se concederem estímulos artificiais à produção interna. Apesar do ônus visível que tal estratégia impõe aos consumidores europeus, e de resto aos países subdesenvolvidos que deixam de exportar para a Comunidade, não existem evidências claras de uma modificação das regras atualmente ditadas pela Política Agrícola Comum da CEE.

Quando as vantagens comparativas são nitidamente contrárias à localização da produção nos países do Hemisfério Norte, como nos casos da cana-de-açúcar, do café e cacau, além de bens transformados como os têxteis de algodão, mesmo assim são constantemente aplicadas restrições tarifárias e não-tarifárias àqueles produtos. Enquanto os EUA se negam a subscrever o Acordo Internacional do Açúcar, sua indústria doméstica de xarope de milho permanece protegida. Incorrendo em semelhante paradoxo, a CEE também é exportadora de açúcar, ao mesmo tempo que ameaça aplicar seus gravames a têxteis importados. Tampouco é desprezível a própria reação dos consumidores daqueles países à majoração dos preços do café e do cacau, claramente refletida na depressão do consumo, de difícil recuperação.

Sem embargo, no Brasil a situação parece ser simetricamente contrária. A menos que haja uma reviravolta de conceitos e de políticas, nossa agricultura continuará atada, no ano-safra 78/79, a uma gama de problemas estruturais que, por sua vez, encontram na descontinuidade de estratégias econômicas e nos azares climáticos, eficientes agentes promovedores de uma crônica escassez.

Em suma, o regime de agricultura de abundância e de valorização da produção doméstica praticado nos países desenvolvidos acarreta, inclusive, a necessidade ocasional de implantação de programas de ***set aside*** e a introdução de limitações às compras no exterior. A agricultura de escassez, no Brasil, tem seus problemas de produção agravados por intempéries da política e do clima, cujo resultado funciona como ver-

dadeiro ***set aside*** — generalizado, gratuito e indesejável.

CRISE DE ALIMENTOS: NO PAÍS, PERIGO À VISTA; NO EXTERIOR, UMA POSSIBILIDADE

Em 1978, ocorreu a antevista reversão de tendência do ciclo pecuário brasileiro. Os preços da carne bovina, cadentes desde 1975, têm passado por majorações sucessivas a partir da entressafra de 77. Não há dúvida que continuaremos a enfrentar os efeitos da maior retenção de matrizes e crias durante os próximos dois anos, até que se recomponha o atualmente descapitalizado rebanho nacional. A redução da oferta de carne aos consumidores e as expectativas otimistas dos pecuaristas quanto à recuperação das suas perdas econômicas de 1975 para cá, constituem o centro dinâmico do processo auto-alimentado da elevação de preços.

Outras fontes de proteína animal, como aves e suínos são, então, pressionadas para suprir o déficit da oferta global de carnes. Entretanto, a curto prazo, a matança compulsória de suínos provocada pela disseminação da peste africana e o seu efeito psicológico negativo sobre o nível do consumo não permitirão que a suinocultura possa se responsabilizar pela cobertura do déficit. Por outro lado, não se espera, obviamente, que a oferta interna de aves se expanda a ponto de poder cobrir os dois flancos deixados nos segmentos bovino e suíno da oferta nacional de carnes. Restam, além disso, as restrições impostas pelo baixo poder aquisitivo da população e pela forma do controle inflacionário promovida pelo governo — ambas atuando no sentido de coibir a esperada tendência altista dos preços pecuários no horizonte de nossas previsões. Também constitui sério agravante o fato de que qualquer elevação da quantidade ofertada de aves é dependente da disponibilidade de rações. Assim, a próxima safra brasileira de milho, já parcialmente comprometida pelas minguadas estimativas de estoques finais em março de 1979, terá, ainda, que atender às necessidades decorrentes do alargamento do mercado brasileiro de aves e suínos e da manutenção dos mercados externos de aves, recém-conquistados à custa de pesados subsídios.

Crises internas de abastecimento, como esta que ora enfrentamos sem prenúncio de arrefecimento em 1979, têm sido tradicionalmente contornadas pelo recurso ao mercado internacional; em outras palavras, temos nos valido da abundância alheia para suprir as falhas de nossa agricultura de escassez. Contudo, à parte outras considerações relevantes no que respeita à segurança nacional e aos nossos objetivos de auto-suficiência e exportação, seria importante não descartar a possibilidade de uma outra crise de alimentos, a nível internacional, nutrida a partir da própria relutância dos países desenvolvidos em financiar integralmente os estoques mundiais de segurança. Apesar da excelente disponibilidade externa de grãos e oleaginosas para a safra 78/79, já estão definitivamente conhecidos os números reduzidos do rebanho bovino mundial. Nos EUA, por exemplo, o plantel caiu de 131,8 milhões de cabeças em 1º/1/75 para 116,2 milhões em 1º/1/78; os preços da carne bovina nos EUA e outros países exportadores revelam claramente a insistente pressão da demanda diante de uma oferta insuficiente de carne bovina, daí podendo resultar uma reação indireta sobre os mercados de grãos e oleaginosas entre 1979 e 1980.

A possibilidade de uma nova crise mundial de alimentos poderia ser capitalizada, pelo Brasil, sob a for-

ma de um substancial incremento em nossa receita cambial, caso nosso país promovesse estímulos à produção agrícola com vistas a tirar melhor partido de conjunturas favoráveis do mercado internacional. No entanto, a perspectiva de concomitante crise interna, não só nos impedirá, a curto prazo, de obter os benefícios decorrentes de uma possível escassez mundial, como também poderia significar um ônus adicional pelo lado das nossas crescentes importações agrícolas, caso medidas oportunas não sejam tomadas para contornar o desânimo no meio rural.

De um modo ou de outro, a agricultura brasileira em 78/79 não desempenhará papel neutro no cenário econômico do país: se acionada oportunamente, ela reagirá a contento da racionalidade com que for manipulada; caso contrário, funcionará como tempestade.

POR TRÁS DO RETORNO DO TRIGO, A GARANTIA DE MERCADO

Contrariando opiniões pessimistas, que previam o abandono da cultura do trigo no Brasil depois das grandes perdas verificadas em 1977, o cereal voltou a ser plantado em extensas áreas.

À primeira vista, pode parecer surpreendente a evolução dos acontecimentos na área da triticultura. Uma observação mais atenta, entretanto, elucida o processo pelo qual foi gradualmente superado o completo desalento reinante nas regiões produtoras.

Todo o trigo brasileiro de peso hectolítrico superior a 65 é adquirido pelo Estado que, ao subsidiá-lo para entrega aos moinhos, permite ao consumidor final a aquisição de derivados relativamente baratos e, ao produtor, a certeza da colocação de sua safra num mercado caracterizado pela ausência de competidores. A defasagem entre a produção e a demanda domésticas assegura a absorção das safras, permitindo-lhes, em caso de aumento do volume produzido, conquistar posições que seriam ocupadas pelo produto importado. A própria estatização do cereal já se constitui portanto, em incentivo à manutenção dos trigais a qualquer custo e é o pano de fundo sobre o qual se delineiam as ações dos triticultores.

PROBLEMAS INSTITUCIONAIS E DE PRODUÇÃO PRECISARAM SER SUPERADOS

No entanto, provém do lado do único comprador do cereal, boa parte das incertezas eternamente pendentes sobre o setor agrícola comprometido com a cultura do trigo. Para a safra plantada no primeiro semestre de 1978 as dificuldades institucionais iniciaram-se quando, em janeiro, foram traçadas as regras norteadoras da política oficial para o crédito rural. O estabelecimento de faixas, àquela ocasião, para a concessão de financiamentos ao custeio das lavouras, premiou os triticultores com um percentual, na maior parte dos casos, de 58% por situar-se a maioria dos pedidos de financiamento, entre 201 e 500 MVR.

Posteriormente, a fixação de um preço de garantia considerado insatisfatório, fortaleceu a crença generalizada de que ocorreria uma vultosa desistência de nova tentativa com o plantio do trigo. O preço estabelecido pelo governo, Cr$ 238,20, distanciava-se muito do pretendido pelas cooperativas (Cr$ 295,00), acentuando a tendência iniciada há alguns anos.

Deste modo, tanto a ampliação do percentual do financiamento de custeio, quanto a negociação de um preço mais remunerador dos custos de produção transformaram-se em ponto de convergência das preocupações dos triticultores, cuja quase totalidade viu-se abalada pela rápida deterioração de suas plantações de soja.

Caso desejassem retomar os esforços para o plantio do trigo, os produtores deveriam enfrentar, além dos

preços infrenes dos fertilizantes e demais insumos, um novo problema, legado pela safra anterior e que sombreava o horizonte da triticultura: a escassez de sementes. Computado o quadro geral da disponibilidade de sementes verificou-se que tais insumos poderiam ser insuficientes à manutenção da área do ano anterior. Diante, porém, da possibilidade de redução no plantio, principalmente em terras gaúchas, afastou-se qualquer situação de pânico. No entanto, a carência de sementes no Rio Grande do Sul, que forçou seus produtores a recorrerem aos estoques paranaenses, foi suficiente para elevar o preço do saco de 60 kg ao nível inédito de Cr$ 360,00. Tal fato assumiu gravidade maior pela recusa do sistema bancário em financiar compras a mais de Cr$ 300/saco, levando as cooperativas a repassarem o insumo a seus associados, arcando com a absorção do brusco aumento no custo das sementes.

Diante do panorama tão desaminador, como explicar as notícias de uma persistente procura de sementes, de retorno à cultura do trigo e de esperança, até mesmo, de um ***ano do trigo***, segundo triticultores tradicionais?

Dois fatores se destacam no rol das causas para o prosseguimento dos grandes plantios do cereal. O primeiro, aleatório, foi, inegavelmente, a frustração da colheita da soja. A partir do conhecimento da extensão das perdas, novas atenções voltaram-se para o que se deveria plantar para o inverno. No Paraná e no Rio Grande do Sul, respectivamente, 54% e 38%, das áreas ocupadas com soja, no verão, foram transformados em trigais, em 1977. O mau resultado da colheita da leguminosa aumentou a importância da triticultura e, como conseqüência direta, passaram a ter mais peso as reivindicações dos agricultores, gerando o segundo fator de destaque para a não confirmação dos augúrios negativos: foi concedido um tratamento diferenciado ao trigo, eliminando-se as faixas preestabelecidas para o financiamento de custeio e consolidando-as num único percentual de 60% que não atingiu os 70% requeridos, mas marcou indelevelmente o início do plantio.

Registre-se que os efeitos benéficos da Circular nº 360 do Banco Central, de dezembro de 1977 diluíram-se rapidamente. Esta Circular prorrogou o pagamento dos financiamentos de custeio e das prestações relativas a investimentos, ao mesmo tempo que concedeu um crédito especial de Cr$ 450,00/ha — de fato Cr$ 400,00/ha.

A outra reivindicação — aumento do preço de garantia — só se efetivou tardiamente, dentro da heterocronia que caracteriza as medidas oficiais para a triticultura. O acréscimo de Cr$ 11,00/ saco no preço suporte (+ 4,6%) pouco significou enquanto auxílio financeiro e nada enquanto estímulo ao plantio, pois as intenções dos agricultores já se haviam definido e se efetivado mediante compra de insumos e preparo do terreno.

O PESSIMISMO DERROTADO

Aqueles que optaram desde cedo pelo trigo, defrontaram-se com um adversário inclemente. O comportamento atípico do clima nos últimos meses manteve em tensão constante todos os participantes do ritual

anual da semeadura do trigo. A estiagem prosseguiu e ameaçou devorar o período ideal de plantio recomendado pela assistência técnica e acatado pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Nos locais em que a semeadura se inicia antecipadamente (à exceção das pequenas safras experimentais, como a de Minas Gerais, que obteve bons resultados), o trigo lançado ao solo não podia germinar, pela total falta de umidade. Nas regiões Norte e Oeste do Paraná, quase todo o primeiro plantio se perdeu e, novamente, a prudência aconselhou o recuo. A indefinição cedeu lugar a ações aceleradas, a partir das primeiras chuvas em meados de maio. O calendário oficial de plantio já estava, então, alterado, para que se pudesse semear mais tarde, sob a garantia do amparo governamental do PROAGRO. No Rio Grande do Sul, onde se plantou mais tarde, as operações de plantio foram interrompidas à espera de chuvas, que só ocorreram no início de junho.

A mais recente estimativa da Secretaria de Agricultura daquele Estado para a área total plantada com trigo é um indicador fiel da vontade com que os agricultores voltaram-se para o cereal, neste inverno. Das catastróficas previsões iniciais, chegou-se a 1.106.905 ha antes das primeiras chuvas e, a seguir, a 1.258.150 ha, representando uma redução de apenas 17% em relação à extensão das terras dedicadas ao trigo, em 1977. Para atender às necessidades do Estado, os estoques gaúchos de sementes somavam 122 mil t, ao final da colheita de 1977. Requeriam-se 150 mil t para a repetição da área anterior, de 1,5 milhão de ha, o que, de fato, jamais se esperou.

As marchas e contramarchas do trigo nesta estação, fizeram com que 15 mil t de sementes paranaenses fossem canalizadas aos campos gaúchos. Caso se empregue a mesma densidade dos anos anteriores (110 kg/ha), as 137 mil t de sementes permitirão cobrir a área avaliada pela Secretaria de Agricultura.

No entanto, no Paraná, onde se supunha a ocorrência de expansão da área cultivada, o necessário replantio efetuado nos locais em que as perdas foram totais, complicou o balanço de oferta e demanda de sementes anteriormente calculado. Iniciando o ano com 310 mil t de sementes disponíveis, os produtores do Estado precisariam de 235 mil t, caso desejassem repetir a área, pois o aumento do peso dos grãos colhidos na safra anterior, obrigá-los-ia a usar de 170 a 180 kg/ha.

As dificuldades de atendimento às necessidades locais, já existentes devido ao replantio e à imposição do uso de maior quantidade de grãos por hectare, agravaram-se com a diminuição do excedente previsto, ocasionado pelo deslocamento de sementes para o Rio Grande do Sul. Neste Estado, a variedade IAC-5 (cerca de 40.000 t da reserva paranaense original) adapta-se bem, tornando-se, por conseguinte, bastante requisitada pelos plantadores dos dois Estados. A partir daí a escolha de variedades restringiu-se a um menor número de cultivares.

Por outro lado, o replantio gaúcho poderá, ainda, exigir mais sementes do que o Paraná poderia enviar-lhe. Neste caso, o suprimento ao Rio Grande do Sul (e, talvez, ao próprio Paraná), poderá vir de São Paulo, da reserva da Secretaria de Agricultura daquele Estado, calculada em 65.000 sacas.

CLIMA E FINANÇAS, FATORES HETEROGÊNEOS, PODERÃO SIGNIFICAR PROBLEMAS FUTUROS

Ultrapassada uma encruzilhada de problemas, a situação do trigo não é das mais tranqüilas, pois que se lhe abre um leque de expectativas, algumas ufanistas, outras inquietantes, mas todas de possível concretização.

Triticultores tradicionais têm considerado o comportamento do clima atualmente como o preâmbulo de um inverno típico dos ***bons tempos*** da cultura do cereal. Seu otimismo pode não ser infundado. No entanto, sequer a magnitude dos danos causados às pequenas plantas pelas geadas precoces pode ser avaliada. O trigo é beneficiado pela geada entre as fases denominadas ***perfilhamento*** e ***alongação*** quando, inclusive, é retardado o desenvolvimento da planta. Diversas pragas são, então, eliminadas pelo rigor do clima. Entretanto, os riscos de destruição da cultura já surgem no período do ***emborrachamento,*** com a formação das espigas. Só poderão ser avaliados os danos ***a posteriori***, com a verificação da ocorrência do chamado ***estrangulamento do nó***, exatamente o que aconteceu em 1975.

A prorrogação do prazo indicado para o plantio do trigo, autorizado por diversas instituições, deslocará o ciclo do cereal para períodos ainda mais turbulentos. Plantada pelo novo calendário, até cinco de junho nas regiões Norte e Oeste do Paraná, a gramínea poderá ser afetada pela incidência de geadas nos meses de julho e agosto. Posteriormente, correrá o risco de excesso de chuvas na primavera.

A perspectiva de um inverno rigoroso mantém as esperanças de um bom desenvolvimento das plantações mas relega a uma inconveniente penumbra alguns fatores cuja conjugação poderá obscurecer benefícios originários da possibilidade de um clima complacente. Senão, vejamos:

- à exceção das sementes provenientes da safra paranaense do ano passado, (quando foi possível a obtenção de pesos hectolítricos superiores a 84), as sementes de outras origens, principalmente as gaúchas, não são de boa qualidade, geradas que foram por plantas combalidas pelo tempo desfavorável;
- a corrida ao trigo não foi, infelizmente, um indicador de vitalidade econômica de nossa agricultura. Até pelo contrário, o trigo retorna aos campos buscando fechar a abertura no dique, ampliada pela frustração da soja. Deste modo, possivelmente seus tratos culturais não terão recebido as atenções indispensáveis;
- nas regiões em que se tornou necessário o replantio, pela mesma razão acima buscou-se aproveitar a adubação feita anteriormente. Contrariando as recomendações de utilização da melhor tecnologia disponível, muitas sementes foram semeadas ***no pó*** e, embora tenham se desenvolvido satisfatoriamente, não se conhece a repercussão da operação de plantio sobre a futura qualidade dos grãos;
- o auxílio financeiro de 20% sobre a receita bruta anteriormente calculada para a safra, estipulado pelo PROAGRO para contemplar o replantio, poderá implicar na adoção de uma menor densidade (colocação de menor número de sementes por área) no replantio, apesar da exigência da apresentação de laudos técnicos, o que ocasionará ***ipso facto***, uma menor produção.

DEBULHAR O TRIGO, RECOLHER CADA BAGO DO TRIGO... E O RESULTADO?

Na balança determinadora do resultado final da colheita colocam-se, portanto, no lado positivo, a concretização de uma pequena redução na área cultivada e a possibilidade da ocorrência de benesses climáticas que, talvez, possibilitem a superação dos obstáculos supracitados, situados no lado negativo, através da consecução de um rendimento inusitado.

A aceleração do plantio empresta verossimilhança às suposições de alcance de áreas cultivadas nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul próximas a 1,2 milhões de hectares. Nos demais Estados deverá ocorrer, igualmente, uma redução menor do que a anteriormente esperada. A grande concentração do trigo naqueles dois Estados (92,5% da área plantada em 1977), torna plausível considerar-se, a título de estimativa preliminar, uma área total da triticultura em torno de 2,6 milhões de ha. A chave para a simples repetição da produção do ano passado (2,1 milhões de t) será, portanto, a produtividade. Se considerarmos meramente episódico o mau resultado proporcionado pela safra gaúcha em 1977 (410 kg/ha) e a possibilidade de os 950 kg/ha paranaenses serem obteníveis novamente, um resultado final acima do registrado no ano passado afigura-se plausível. Deste modo, recuperando-se o rendimento médio das regiões tritícolas fora do território paranaense, a safra colhida em meados da próxima primavera poderá alcançar, otimisticamente, 2,6 milhões de t.

NADA DE NOVO SOBRE A TERRA

Ao escapar, mais uma vez, da efetivação dos presságios de sua quase eliminação do panorama agrícola brasileiro, o trigo deverá transferir para sua próxima safra, na melhor das hipóteses, problemas semelhantes aos enfrentados em 1978.

A apertada disponibilidade de sementes verificada durante a semeadura de 1978, tornar-se-á aguda na próxima estação tritícola, caso se obtenha uma boa produtividade nesta safra pois, inevitavelmente, se objetivará repetir ou, talvez, ultrapassar a área atualmente alcançada.

As recomendações dos órgãos de pesquisa deverão ser mais rigorosas, levando em consideração o fato de terem sido as plantas da presente safra submetidas a adversidades, algumas inesperadas. O aconselhamento à maciça aplicação de fungicidas revelou-se insuficiente frente às dificuldades enfrentadas no inverno quase inexistente de 1977. Assim, para 1978, indicou-se a importância de se atentar para a rotatividade do cereal, dentro da mesma plantação, com vistas a extirpar o bíblico e nefasto plantio de trigo sobre trigo, pelo menos durante dois anos, para o controle dos nematóides e fungos. A mesma regra aplica-se à cevada, competidora do trigo entre as culturas de inverno.

Igualmente merecedora de atenções por parte da assistência técnica e dos organismos de pesquisa deverá ser a calagem do solo, feita para beneficiar a soja mas favorecedora do ataque do ***mal-do-pé*** e da virose do mosaico no trigo.

Continuarão presentes as variáveis que atuaram em 1978. Dificilmente o preço de garantia a ser apresentado aos triticultores dentro de pouco mais de um semestre, será considerado atraente. A persistência de cotações internacionais favoráveis aos países importadores sustenta uma ilusória conveniência da opção de abastecimento do cereal em fontes fora do país. Atualmente, mesmo deprimido pela entrada da colheita de inverno do hemisfério norte, o mercado internacional do trigo ostenta cotações em média 30% superiores, em termos reais, às praticadas há um ano.

Mesmo com as previsões de novas superproduções de trigo, a nível mundial, as cotações do cereal nas bolsas internacionais não deverão declinar. O *International Wheat Council* prevê a produção mundial deste ano entre 395 e 405 milhões de t. Embora superior à de 1977 (384 milhões de t), tal previsão situa-se abaixo do recorde atingido em 1976, de 417 milhões de t. A recuperação da produção da União Soviética e da China, aliada à equilibrada posição dos estoques indianos de cereais, será o fator responsável pela redução (calculada pela FAO) do volume das importações mundiais. No entanto, prosseguirão os esforços norte-americanos para a redução de seus excedentes. Espera-se a repetição do êxito já alcançado na diminuição de 16% no total da safra de inverno, mediante a participação dos fazendeiros nos programas governamentais de incentivo à diversificação e ao descanso das terras.

Independentemente do resultado da colheita deste ano no Brasil, tem-se como certa a necessidade de associação da produção doméstica com importações do produto ainda maiores do que as decorrentes da frustração da estação passada. A ultrapassagem, pelo consumo interno, da cifra de 6 milhões de t representará aquisições externas de magnitude próxima a 5 milhões de t, implicando num dispêndio próximo a US$ 700 milhões em 1979.

As respostas para a questão da triticultura são procuradas há longo tempo. Uma delas poderá ser o deslocamento do cereal para regiões mais propícias. Outra, o desenvolvimento de variedades ainda mais resistentes do que as atualmente disponíveis. Paliativamente, restam a opção pelo desestímulo ao consumo, via mistura de outras farinhas à farinha de trigo ou, então, pela redução do subsídio governamental. A primeira esbarra num parque moageiro despreparado e em matérias-primas de maior preço. A segunda reveste-se de óbvia impopularidade, carreando elevado custo social.

Embora distanciando-se no horizonte, a almejada auto-suficiência não se inviabilizou. Os acontecimentos recentes demonstraram, tão-somente, a imperiosa necessidade do cálculo de longo prazo.

Arroz

CONTROLE DE PREÇOS → DUALIDADE TECNOLÓGICA → INSTABILIDADE DA PRODUÇÃO

Tradicionalmente, a rizicultura no Brasil depara com duas ordens de problemas que resultam em sé-

rios entraves ao desenvolvimento tecnológico da cultura e, por conseguinte, à expansão racional da produção. A primeira dá-se a nível de comercialização devido ao ferrenho controle de preços de que o produto tem sido alvo, executado por instrumentos como tabelamento ou importação, que se mostram muitas vezes ineficientes. Esse cuidado, quase sempre hipertrofiado, em relação à evolução normal do nível de preços do produto, deve-se ao fato de o cereal ter participação substancial na composição do índice de preços, pelo importante papel que desempenha na dieta do consumidor de baixa renda. Infelizmente, esse tipo de controle inibidor do setor produtivo não constitui mal isolado, pois tem como pano de fundo a forma inócua com que se combate a inflação interna – atacando suas conseqüências e deixando imunes suas causas mais profundas.

A segunda diz respeito à extrema dependência de fatores climáticos de cerca de nove décimos da área de cultivo, tendo, por conseqüência, influência decisiva no volume total produzido e nos níveis de ganhos do setor, principalmente dos produtores de arroz irrigado, mais desenvolvidos tecnologicamente. No fundo, essa dualidade tecnológica da cultura é reflexo mediato do controle de preços mencionado acima, que induz à estagnação da produção.

Assim, o produtor habitual, que adota técnicas de irrigação, ou que se dedica à produção de arroz de sequeiro, tem sua renda variando entre dois níveis: em safras em que a produção de arroz de sequeiro é elevada, o volume global produzido excede a demanda do mercado, interferindo diretamente nos ganhos do produtor que passam a ser limitados pelo nível do preço mínimo, fixado muitas vezes abaixo dos custos operacionais de produção. Se, por outro lado, as condições climáticas se mostram desfavoráveis naquelas regiões, a renda do produtor não se eleva proporcionalmente à redução da produção, vez que as autoridades governamentais apressam-se em deter a tendência altista, via tabelamento, importação ou liberação de eventuais estoques acumulados em safras anteriores. As últimas três safras constituem exemplos elucidativos dessa questão.

A situação do orizicultor tem se agravado substancialmente nos últimos anos, quando recursos vultosos foram destinados à expansão da fronteira agrícola, para incorporação gradativa do cerrado às terras produtivas brasileiras. Neste contexto, o papel reservado ao arroz é apenas o de cultura transitória, utilizada como meio de baratear o processo de desmatamento, sendo imediatamente substituída por pastos no período seguinte.

Em relação às regiões tradicionalmente produtoras do cereal, o arroz vem assumindo posição secundária. A respeito, estudo a ser publicado pela CEPA-GO constata, durante os anos 70, forte elevação do número de cabeças de gado, em detrimento da área ocupada pelo arroz e outras culturas da região, nos municípios goianos essencialmente agrícolas. Essa lenta e gradual expulsão do arroz para terras menos férteis, verificada nas regiões orizícolas tradicionais de Goiás, Minas Gerais, São Paulo etc., vem se refletindo sobre consumidor e governo. O primeiro, apesar de normalmente desfrutar de preços atraentes, vive sob o espectro permanente de crise de abastecimento, cujo controle nem sempre é possível a curto prazo. O governo, por sua vez, incorre em elevados custos de estocagem ou pesados subsídios à exportação, sempre que a safra se revela abundante. Ao contrário, quando a safra se mostra insuficiente, o governo

se vê forçado a adotar medidas que têm apenas o efeito de adiar os problemas para o ano seguinte.

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E DESESTÍMULOS DIVERSOS

A safra 77/78 havia sido inicialmente estimada em 8,4 milhões de t, o que significava uma redução da ordem de 0,8 milhão de t em relação à média dos dois últimos anos. Tal redução é explicada parcialmente pela substituição da cultura que se verifica, há várias safras, nas áreas que dispõem de maiores opções de plantio. No Rio Grande do Sul, o deslocamento do arroz não ocorre devido, principalmente, à inércia característica dos sistemas de produção e comercialização que exigem investimentos vultosos para a sua estruturação, como é o caso do arroz irrigado. Assim, a substituição da cultura não se dá pela inexistência de opção de plantio, tampouco pela evidência (falsa) de satisfação com os níveis de rentabilidade do investimento realizado, mas pela pouca flexibilidade de movimento inerente ao sistema produtivo.

No entanto, fatos econômicos como substituição de plantio, maiores investimentos em bens de capital e/ou em custeio para expansão da produção, os quais são acionados pelos sadios mecanismos de mercado, não explicam a maior parte das variações da produção de arroz. As condições climáticas das regiões produtoras de arroz de sequeiro, na verdade determinam o volume da safra quase que a despeito das demais variáveis. Assim, a mínima interferência de fatorés outros (não climáticos) no volume produzido em cada safra pode ser ilustrada com o seguinte exemplo: o preço do arroz permaneceu tabelado de abril de 1976 a outubro de 1977, apesar da boa disponibilidade existente durante o ano passado. Estimativamente, tal medida contribuiu para reduzir a safra 77/78 em apenas 0,8 milhão de t (média dos 2 últimos anos, menos previsão inicial para 77/78). Por sua vez, a seca que assolou a região Centro-Sul do país reduziu o volume colhido para 7,3 milhões de t (menos 1,1 milhão de t do que a previsão inicial).

TABELAMENTO – TRIVIALIDADE REDIVIVA

As perspectivas de preços para 1978 revelaram-se bastante promissoras para o produtor que não sofreu os efeitos danosos da seca, em face do equilíbrio de mercado que se vislumbrava à época da colheita: a disponibilidade interna (safra 77/78 mais 952.000 t de estoques oficiais) se igualaria ao consumo previsto para este ano. No entanto, outros fatores marginais, como especulação e morosidade de acionamento dos estoques oficiais, intervieram no circuito, prejudicando o atendimento tempestivo dos centros de consumo. Em resposta, os preços do produto elevaram-se em 35% no mercado atacadista do Rio de Janeiro, desde dezembro de 1977, o que não se poderia considerar aumento desmedido, se tivermos em mente que o produto vinha sofrendo apenas pequenos reajustes de preço há dois anos. O governo, no entanto, achou por bem submeter o produto ao regime de tabelamento de preços, a partir dos últimos dias de junho, o que, para fins de cálculos inflacionários, certamente configuraria medida bastante eficaz.

A teoria econômica, no entanto, não nos autoriza a esperar do tabelamento a mesma eficiência no que diz respeito aos preços que deverão ser efetivamente praticados, uma vez que a impossibilidade, pela in-

suficiência da oferta, de se gerar um fluxo contínuo e suficiente de produto destinado a todos os centros de consumo, resultará na formação de mercados paralelos, contra os quais medidas puramente administrativas têm pouca eficácia.

Claro está, no entanto, que as autoridades governamentais não se encontram destituídas de armas não "administrativas". Uma racional e ágil liberação dos estoques oficiais, bem como a realização de importação do produto, são medidas que, embora não resolvam os reais problemas da orizicultura brasileira, permitem conjugar nível estimulante de preços aos produtores e eficaz abastecimento aos centros de consumo.

VARIAÇÕES PREVISÍVEIS DE ÁREA, MAS SÓ DE ÁREA

Em relação à safra 78/79, cujo volume dependerá, fundamentalmente, das condições climáticas vigorantes nas regiões produtoras de arroz de sequeiro, não se devem desprezar no entanto as variações marginais da produção decorrentes da influência do comportamento dos mercados dos diversos produtos agrícolas, bem como das medidas a serem adotadas pelo governo.

Neste sentido, o nível em que será fixado o preço mínimo desempenha papel relevante para as intenções de plantio. Apesar de o nível deste instrumento não ser tão influente nas decisões do produtor quanto normalmente afirmam as reivindicações classistas, deve-se ter claro que, por uma série de razões, o preço mínimo do arroz desempenha papel mais relevante do que a própria filosofia da política de preços mínimos atribui a esse instrumento. O caráter quase institucional do produto, decorrente do fato de parcela substancial da produção ser normalmente destinada ao governo, bem como o ferrenho controle de preços de que é vítima o produto, são fatores que emprestam ao preço mínimo do arroz, importância maior do que a simples garantia contra a ruína da abundância, objetivo único e verdadeiro da política de preços mínimos.

Adicionalmente, o fato de os preços do produto terem sido recentemente submetidos a regime de tabelamento, deverá criar no produtor, a nível de comércio, uma certeza de pequena remuneração, a médio prazo. Um reajuste do valor do preço mínimo que pelo menos atenda às expectativas dos orizicultores, contribuiria para reverter o pessimismo ora reinante. Se, ao invés do que ocorreu, o mercado permanecesse livre, e os eventuais problemas de abastecimento regionais fossem contornados por uma eficaz política de liberação de estoques oficiais e, se necessário, importações, o reajuste a ser concedido ao preço mínimo do produto assumiria importância menor. Neste caso, a tendência ascendente de preços mantida sob vigilância, por si só, seria capaz de gerar expectativas otimistas.

Por sua vez, os danos causados pela seca à safra 77/78, induzirão os produtores à substituição no plantio em regiões nas quais as condições edafo-climáticas e tecnológicas o permitam. Segundo

informações disponíveis, deverá ser considerável a substituição de arroz por soja em alguns municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, dado que a quebra da produção do cereal atingiu este ano níveis bastante elevados, enquanto a soja, que desfruta de boas perspectivas de preço, demonstrou maior resistência aos problemas decorrentes da seca.

No que se refere às áreas de produção onde a cultura do arroz é explorada secundariamente à pecuária, algumas considerações específicas são necessárias, em virtude de reversão da tendência do ciclo pecuário em fins de 1977, quando iniciou-se no Brasil um novo período de preços ascendentes. Tal período, ao contrário do anterior, caracteriza-se pela acentuada retenção de animais e, conseqüentemente, por um aumento da demanda por fatores de produção para a bovinocultura.

Por uma série de características específicas, não ocorre, como era de se esperar, a ocupação imediata e completa com alguma cultura, das áreas colocadas em disponibilidade pelo aumento do abate, no período descendente do ciclo. Nas regiões onde se pratica a pecuária extensiva, tal substituição não se deve mostrar significativa, em função da grande disponibilidade de terras. Por sua vez, nas áreas onde se pratica pecuária mais intensiva, a especialização do pecuarista constitui fator fortemente limitativo à substituição, embora nessas áreas a escassez de terras favoreça a utilização maior dessa faculdade. No Rio Grande do Sul, não se deve esperar forte substituição em favor do arroz, já que a produção do Estado é quase toda irrigada, e as condições climáticas não são propícias à cultura de sequeiro. A alternativa de uso das terras gaúchas será sempre em favor de culturas não irrigadas, exclusive o arroz.

O fenômeno da substituição certamente assume importância maior apenas nas regiões onde atualmente se verifica a expansão da fronteira agrícola. O pecuarista, nestas áreas, utiliza-se normalmente do arroz, como forma de baratear o processo de desmatamento. Assim, se é restrita a disponibilidade de bovinos, a ponto de não justificar a formação de novos pastos, a utilização da área há pouco desmatada novamente para a produção do cereal é sempre uma possibilidade.

No entanto, esse tipo de utilização de áreas destinadas a pastagens, para outros fins, deverá assumir importância maior somente para a safra 79/80 vez que as áreas onde ocorrem a substituição não deverão ser imediatamente reconvocadas à pecuária, devido à pequena disponibilidade de bovinos. Por outro lado, não deverá aumentar a disponibilidade de áreas de pastagens, pois o ramo ascendente de preços do ciclo pecuário encontra-se em fase inicial, que se caracteriza pelo aumento da população bovina.

Finalmente, as ações governamentais a serem implementadas no setor orizícola devem considerar que o próximo governo enfrentará o primeiro ano de sua gestão sem dispor de estoque de segurança de um produto de importância primordial na dieta do brasileiro e cujo volume produzido, em última análise, não está sob o controle de medidas conjunturais e de última hora.

GEADA – ESPECTRO PERMANENTE. QUEM GANHOU, QUEM GANHARÁ COM ELA?

O acentuado e contínuo declínio das cotações internacionais do café, que se seguiu aos preços recordes praticados até abril de 1977, e a situação de relativa escassez do produto ainda hoje existente, são fatores que têm provocado toda a sorte de reação tanto dos países produtores, como dos consumidores, ao longo dos meses subseqüentes ao pico altista ocorrido em abril de 1977. Dentre estas reações, destacam-se a tentativa de reviver o Acordo Internacional do Café,através de frustrada proposta de reajuste de seus preços limites,e a sugestão da criação de um Fundo de Estabilização de Preços, entre outras medidas. Outro ponto importante tem sido o empenho das empresas de torrefação, principalmente as americanas, em recuperar o nível do consumo em seus países, abalado que foi por campanhas de boicote à bebida e pela natural reação dos consumidores à elevação dos preços do varejo.

A tendência baixista, persistente ainda hoje, desencoraja os países consumidores de qualquer tentativa de formação de estoques superiores às suas necessidades imediatas. Por outro lado, as reservas atuais dos países produtores, comparativamente aos níveis históricos, são consideradas reduzidas, denotando a relativa escassez que ainda hoje vive o mercado. Esses elementos conflitantes cuja resultante tem direção bastante definida a menos que ocorram acontecimentos inesperados ou catastróficos, compõem o quadro presente do mercado internacional do café.

A singularidade desse quadro em que todos têm café mas não muito, tem-se materializado em um mercado ainda mais nervoso do que o habitual. Se, por um lado, a tática adotada pelos países consumidores, de adquirir produto somente para suas necessidades imediatas, contribui fortemente para agravar a conjuntura baixista que vivemos, por outro, torna o mercado extremamente sensível a pequenas variações da oferta ou a eventuais modificações adotadas pelos formuladores de estratégias de vendas. Vivemos pois um período no qual a tendência de preços a médio prazo está bem definida, mas as flutuações diárias constituem respostas imediatas a suspeitas e boatos de toda a ordem.

Segundo estimativa do USDA, a produção exportável mundial relativa à safra 78/79, deverá situar-se em torno de 56,3 milhões de sacas de 60 kg. Admitindo-se que o volume das importações líquidas dos países consumidores este ano venha a ser da ordem de 50 milhões de sacas, a redução da safra brasileira em quase 2 milhões (com risco de se elevar para 4 milhões por queda da produtividade no beneficiamento) recentemente anunciada pelo IBC, não altera significativamente o panorama estatístico do mercado.

Paradoxalmente, esta estimativa de quebra anunciada extra-oficialmente pelo presidente do IBC algumas semanas antes da recente divulgação oficial mencionada, somada a notícias que davam conta de pequenas geadas no Sul do país, e que, sabidamente, não atingiram as regiões produtores de café, foi suficiente para fazer com que os preços do produto se mantivessem em elevação por 15 dias. Tal ocorrência denota bem o atual grau de sensibilidade dos negócios do café.

Este nervosismo característico do mercado, que somente será superado quando for ultrapassado o período passível de geadas no Sul do Brasil, poderia ser aproveitado pelas autoridades cafeeiras do país.

Reconhecidamente, os elevados preços praticados no período, que se estendeu da geada de 75 até abril do ano passado, propiciaram aos países exportadores substancial elevação de sua receita cambial proveniente das vendas externas do produto. Em contrapartida, vários outros problemas surgidos na esteira dessa alta, vêm afetando não só os países produtores, mas também o mundo cafeeiro como um todo.

Assim, as campanhas de boicote ao consumo de café, principalmente nos EUA, foram bem recebidas, e mesmo apoiadas pelas grandes torrefadoras locais, vez que seu efeito sobre as cotações internacionais do produto se fazia sentir mais fortemente do que sobre os preços do varejo, contribuindo portanto, para a ampliação da margem de lucro daquelas empresas.

No entanto, errou-se na dose e, talvez até, no remédio. Essas campanhas tinham como argumento de impacto a possibilidade de cartelização da produção, o que somente poderia ser impedido pela reação imediata dos consumidores. Assim, o absurdo não era o preço do café, mas o volume da receita que alguns países subdesenvolvidos estariam auferindo devido àqueles preços, além e principalmente, do risco de esses países se unirem com o objetivo de preservar elevadas as cotações. No entanto, o resultante estreitamento do mercado revelou-se pouco controlável às empresas e constitui hoje sério empecilho às pretensões industriais.

CONSUMO ESTAGNADO, PRODUÇÃO MUNDIAL CRESCENTE: ESTOQUES À VISTA

No que se refere à resposta da oferta às elevações de preço, pouco se sabe de definitivo. Se a quadruplicação das cotações num período de dois anos constitui estímulo suficientemente forte para a expansão da produção, em contrapartida à estagnação do consumo total no principal mercado mundial — EUA — é um fator ponderável sobre as decisões relativas à alocação dos investimentos necessários à ampliação da produção. Segundo estudo do USDA intitulado ***US Coffee Consumption, 1946-76***, o consumo total de café nos EUA, inclusive de solúvel, eleva-se de 21,1 milhões de sacas em 1946 para apenas 23,4 milhões em 75. Por sua vez, os dados ***per capita*** indicam, para o mesmo período, uma redução de 40%. Mas, a despeito da estagnação, alguma resposta da oferta aos estímulos de preço deve ter ocorrido. Excluindo a quantidade produzida no Brasil, a produção média mundial nas três últimas safras anteriores à geada de 75 foi de 50,5 milhões de sacas, elevando-se para 52,5 nas duas safras subseqüentes. Entretanto, tais volumes não espelham bem a possível elevação de oferta pois os preços internacionais somente iniciaram movimento ascendente a partir de julho de 75, quando ocorreu a grande geada no Brasil. Um cafezal plantado naquela época, só após 3 anos entraria em produção. Assim, o indicador real da resposta da oferta seria não a quantidade produzida, mas a evolução da população cafeeira nos diversos países produtores.

Seja como for, se por um lado o Brasil se beneficiou em decorrência da melhora das cotações, por outro,

sua participação no mercado mundial certamente foi afetada negativamente e, em conseqüência, seu poder de monopólio, que poucas vezes foi usado devidamente, reduziu-se mais ainda.

A situação do mercado no próximo ano agrícola dependerá dos macronúmeros, que na atualidade, a menos que ocorram geadas, secas, crises políticas e acidentalidades outras, já podem ser considerados definitivos. Pelo fato de tratar-se de uma cultura permanente e pela baixa perecibilidade do produto final, a conjuntura do mercado cafeeiro desempenha papel de relevância reduzida em relação à safra seguinte. A curto prazo, não importa se os preços praticados são altos ou baixos, nem se existe a perspectiva de super-oferta ou escassez. Esses fatores influenciam o volume a ser produzido, somente via aumento ou redução da produtividade, pois a resposta do produtor a eles é a melhoria dos tratos culturais do cafezal. Atitude distinta só seria justificável, na hipótese de se tornar racional o desinvestimento necessário ao abandono ou erradicação da cultura. O caráter institucional emprestado à cultura no Brasil e em muitos países produtores (controle direto da comercialização e indireto da produção), pelo peso relevante do produto na balança comercial, explica com nitidez esta forma de comportamento.

Assim, a situação do mercado no próximo ano agrícola dependerá, basicamente, da ocorrência de adversidades climáticas nas regiões produtoras, das políticas de comercialização dos países produtores e da tendência da demanda internacional.

Este último fator, exceto se houver sensíveis variações da oferta, não deverá apresentar modificações significativas. Pelos dados disponíveis, a recuperação do consumo não deverá se efetivar a curto prazo, apesar do esforço dispendido pelas torrefadoras americanas.

A Colômbia, como veremos a seguir, desenvolveu algum esforço nessa área objetivando entretanto, muito mais um aumento de sua participação do que a ampliação do mercado como um todo. A médio prazo, a tendência à estagnação só poderá ser revertida mediante um esforço organizado de todos os interessados na ampliação do mercado. Ao Brasil, líder mundial da produção, não parece viável economicamente promover isoladamente esse tipo de empreendimento.

Identicamente, o mundo cafeeiro não parece contar com uma força isolada entre os produtores, capaz de promover alguma política de comercialização visando a reversão da tendência baixista atual. Nos últimos anos, a história do café evidencia que a desunião entre produtores tem se mostrado capaz de anular os efeitos positivos de qualquer política de valorização sobre os preços internacionais. Todo e qualquer esforço nesse sentido é imediatamente anulado por algum país exportador que se vê na contingência de conseguir efetuar suas vendas rapidamente. Em conseqüência, todo o sacrifício imposto à cafeicultura nacional no segundo semestre de 77 se mostrou infrutífero, pois as ofertas de países de pequena produção, aliadas à política de compra das grandes torrefadoras estrangeiras e ao movimento especulativo nas bolsas internacionais, anularam por completo os efeitos da suspensão de oferta promovida pelo IBC.

Neste contexto, em que os principais atores da peça não conseguem afinar os instrumentos para um obje-

tivo comum, e estando definidos os números do mercado, a tendência da demanda, as políticas de compra e venda, somente graves adversidades climáticas ou instabilidades políticas nas regiões produtoras parecem capazes de reverter a tendência baixista hoje vigente. Na verdade, a atual oscilação das cotações internacionais reflete o quão temível é a hipótese de uma ocorrência de geada, por exemplo, nas regiões produtoras do Sul do Brasil.

Apesar da imprevisibilidade de tal fenômeno, é, no entanto, possível especular sobre as possíveis conseqüências do evento no que se refere a seus efeitos sobre o parque cafeeiro e o futuro próximo do mercado.

Após a geada de julho de 1975, ocorreu um natural e até certo ponto dirigido zoneamento do parque cafeeiro, não só a nível nacional com a crescente participação na produção de estados menos sujeitos ao fenômeno, mas inclusive dentro do Estado do Paraná, onde ocorre a tendência de localizar os cafezais em regiões onde as condições topográficas se mostram mais seguras à cultura. A evolução da participação dos Estados de Minas Gerais e Paraná no total de cafezais plantados, antes e depois da geada de 1975 elucida bem a questão. Enquanto Minas Gerais detinha apenas 20% do parque cafeeiro do país em 75, ao Paraná cabiam 32% no mesmo ano. Atualmente a situação se inverteu. Minas Gerais detém 28% e o Paraná teve sua participação reduzida a 25%.

Por outro lado, se o efeito de uma geada de grandes proporções seria relativamente reduzido no que se refere à quebra de produção, revelar-se-ia, porém, desastroso quanto à inutilização de um parque cafeeiro novo (28% ainda improdutivo no Paraná), de elevado custo para sua recomposição.

Recentemente, o IBC anunciou sua segunda estimativa da safra 78/79 situando-a em 18,9 milhões de sacas. Na mesma oportunidade do anúncio, aventou-se em caráter extra-oficial, a possibilidade de redução da safra em um ou dois milhões de sacas.

Esta possível redução resultaria do menor rendimento no beneficiamento, proveniente de uma série de defeitos nos grãos causados pela seca que atingiu a região Centro-Sul do país. Por sua vez, o estoque de café tanto em mão de particulares, quanto do IBC, é estimado atualmente em torno de 5 milhões de sacas. Supondo-se que se confirme a quebra de 1 milhão de sacas em conseqüência do menor rendimento, a oferta total brasileira para o próximo período de comercialização seria de 22 milhões de sacas. Se descontarmos deste montante o volume destinado ao mercado interno, a quantidade exportável no próximo período atingiria a 14,5 milhões de sacas, volume este definitivamente insuficiente para a obtenção de resultados positivos, na hipótese de comprometimento da safra 79/80 por uma geada de proporções significativas. Assim, a curto prazo, os demais países produtores seriam os reais beneficiários da ocorrência de tal catástrofe, de vez que se considerarmos um período mais longo, devemos ainda levar em conta os inevitáveis reflexos que a nova elevação de preços causaria, sobre o já estagnado consumo mundial. A possível redução de consumo que se vislumbra poderia inclusive tornar-se mais grave, em face do efeito psicológico que a ocorrência de duas geadas próximas provocaria. Ademais, no plano interno são fartamente conhecidas as possíveis conseqüências sobre o nível de preços do café e os desdobramentos

inflacionários que adviriam de um novo plano de plantio e amparo aos produtores atingidos.

Assim, a instabilidade das cotações internacionais do café, claramente motivada pela visão futura das inexoráveis conseqüências de uma geada no Brasil, deverá persistir até o fim dos meses de frio no Sul. Ao final deste período, caso nosso parque cafeeiro escape ileso, as cotações deverão retomar a tendência baixista que vem se delineando desde abril de 77, não mais a partir do atual patamar, mas seguindo a tendência anteriormente definida. Dessa forma, torna-se bastante penoso definir a linha de ação relativa à comercialização externa do produto para este período atípico. Aproveitar os melhores preços hoje vigentes e, conseqüentemente, reduzir as possibilidades de usufruto de preços melhores no futuro próximo ou restringir a oferta brasileira agora, na expectativa frágil de vender a preços maiores alguns meses adiante — eis a questão.

LIDERANÇA BRASILEIRA — QUANDO SERÁ EXERCIDA ?

Outro aspecto, que há muito vem merecendo a atenção dos dirigentes da cafeicultura brasileira, diz respeito à nossa histórica redução de participação no mercado mundial, em função da "estratégia do guarda-chuva", redução essa que, num mercado de consumo estagnado, resulta exclusivamente em favor de nossos competidores. Assim, contrariamente ao Brasil, os diversos países produtores têm desenvolvido políticas que visam a ampliar sua participação no mercado, atitude certamente mais cômoda (e não muito racional pelos efeitos desastrosos) do que coordenar esforços visando à ampliação do mercado como um todo. Exemplo disso é encontrado na política cafeeira colombiana, que atualmente empenha-se em conceder descontos adicionais às torrefadoras, sob compromisso de não utilizarem em seus ***blends***, cafés outros que não o colombiano.

Às autoridades brasileiras coloca-se uma nova questão, cuja resposta se configura complexa: qual a melhor linha de ação para a cafeicultura nacional e para o país: a atual, permitindo-se que nossa participação no mercado reduza-se gradativamente, cabendo-lhes apenas colher os frutos do comércio enquanto eles existem, ou alguma outra atitude mais agressiva como, por exemplo, esgotados os esforços de composição com os países ofertantes, fazer valer seu poder de liderança do mercado, com a redeterminação gradativa dos preços e quantidades ótimas para o Brasil, objetivando aumentar sua participação no mercado mundial mediante a expulsão dos menos eficientes.

Açúcar

MERCADO EXTERNO: PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO MUNDIAL

Uma expectativa de produção mundial de açúcar de 92 milhões de t contra uma capacidade de consumo

da ordem de 86 milhões de t evidencia um quadro de grande excedente de açúcar, alçando os estoques a 31 milhões de t, nível 20% superior ao estoque da safra anterior e significativamente acima dos níveis historicamente normais.

Apesar destes números, a produção de açúcar tanto de cana como de beterraba para a próxima safra não mostra qualquer redução significativa. Uma explicação para isto reside no fato de ter havido investimentos na área da indústria açucareira mundial, ampliando sua capacidade de operação e levando os produtores a pressionarem por proteção governamental ao setor, a fim de continuarem operando. Como o consumo mundial não apresenta modificações substanciais no seu comportamento, o equilíbrio entre oferta e demanda dependeria, basicamente, do crescimento vegetativo da população.

Deve-se ponderar, contudo, que os baixos preços associados aos grandes excedentes mundiais, desestimulam a produção agrícola que, de um período de estagnação, passará, certamente, à contração da produção, forçando o parque açucareiro mundial a operar abaixo da plena capacidade, até que os níveis de consumo e preço permitam sua reativação.

Um regulador importante do mercado livre do açúcar seria o Acordo Internacional do Açúcar (AIA) que atuaria sobre aproximadamente 1/6 da produção mundial, uma vez que o restante de açúcar produzido é consumido nos próprios países produtores ou, então, comercializado em transações bilaterais.

É necessário qualificar o quadro que compõe o AIA. O adiamento por um período de mais seis meses para o início efetivo do Acordo (1º de janeiro de 1979) delineia as dificuldades cada vez maiores de sua efetivação.

SITUAÇÃO NO MAIOR IMPORTADOR LÍQUIDO MUNDIAL

É importante analisarmos, em princípio, a posição dos EUA, devido à sua condição peculiar de maior importador líquido no mercado mundial e tradicional comprador dos países da América Latina e do Caribe. Daí, qualquer alteração na política açucareira norte-americana reflete-se diretamente sobre aqueles países, entre os quais o Brasil.

De certa forma, o modesto aumento concedido aos produtores norte-americanos (de 13,25 ¢/lb para 14,27 ¢/lb o ***raw sugar*** e de 14,24 ¢/lb para 15,57 ¢/lb o ***white sugar***) resulta do programa antinflacionário americano. Se mantida essa orientação, apesar do aumento das tarifas à importação, ainda será possível a importação de aproximadamente 5,0 milhões de t por ano pelos EUA. Por outro lado, existem os representantes dos produtores e industriais no Senado, reivindicando medidas mais protecionistas, tais como a elevação das tarifas e/ou imposição de quotas, e elevação do preço de suporte para 17 ¢/lb. Estas propostas, se aprovadas, resultariam em substancial redução da demanda externa, que ficaria sujeita exclusivamente às necessidades mínimas das indústrias do país. Naturalmente, o ***quantum*** das importações desceria ao nível aproximado de 3,0 milhões de t por ano, com conseqüên-

cias danosas para os países exportadores altamente dependentes do produto. Estariam criadas, assim, as condições necessárias para o rápido desenvolvimento da indústria de ***high fructose corn syrup (HFCS)*** que, em 1977, já produziu mais de 1 milhão de t.

Paralelamente à situação americana, existe outro grande importador, o Japão, que também não ratificou o AIA e é provável que tenha tantos problemas no Parlamento quanto os EUA no Congresso. A URSS também anunciou seu propósito de não pagar a taxa de importação do fundo de estabilização. Cuba, por seu lado, verá expirado em 1980 seu contrato com a URSS (entrega a preços especiais). Desta forma, estaria praticamente decretada a falência do AIA.

ALTERNATIVAS EM CASO DE NÃO RATIFICAÇÃO DO AIA

Nesta hipótese, os países produtores partiriam em busca de acordos bilaterais, e aqueles que tiverem condições de barganhar, tentarão acoplar o açúcar à comercialização de outros produtos, objetivando colocar seus excedentes no mercado.

Assim, tender-se-ia para uma desarticulação do mercado internacional, com uma inevitável tendência baixista dos preços. Isto porque os países produtores deverão partir para a chamada "política agressiva" de vendas, tentando colocar o máximo possível do produto, burlando desta maneira o próprio sistema de bolsa que, em última análise, responde pela fixação dos preços. Como conseqüência, haveria um enfraquecimento das bolsas e, portanto, dos preços, acarretando perda de divisas para os países exportadores.

De qualquer maneira, prevalecendo esta hipótese, no longo prazo os países procurarão diminuir sua produção de açúcar e com a redução dos estoques, os preços do produto reagirão.

No caso específico do Brasil, existe a alternativa do álcool, podendo-se questionar, entretanto, como deverá reagir a produção de álcool diante de uma futura conjuntura altista dos preços internacionais do acúcar.

ALTERNATIVAS EM CASO DE RATIFICAÇÃO DO AIA

Caso o AIA venha a ser ratificado por seus membros até 1º/1/79, entrará em vigor o Fundo de Estabilização, visando a recuperação dos preços, e a taxa de importação para financiá-lo. A taxa a ser cobrada será de 0,28 ¢/lb exportada/importada de acordo com os contratos negociados. Objetiva-se com o Fundo, manter o preço dentro da faixa estabelecida pelo AIA (11 ¢/lb – 21 ¢/lb). Enquanto os preços permanecerem abaixo de 11 ¢/lb, os mecanismos para controle de mercado devem ser acionados, entre eles o corte nas Tonelagens Básicas de Exportação (TBE). Hoje ela está reduzida em 18,5%.

Uma vez vigorando o acordo internacional, antes mesmo que o Fundo de Estabilização comece a "enxu-

gar" açúcar do mercado livre, o efeito psicológico deverá se refletir nos preços, principalmente dos futuros. Nesta hipótese, os países produtores tenderiam a adequar sua produção à demanda e os preços atingiriam o mínimo remunerador, com menos ressentimento do parque açucareiro.

MERCADO INTERNO

O atual quadro mundial do setor açucareiro e a intenção de controlar os estoques excedentes de açúcar do país, levou o IAA/MIC a fixar para a safra 78/79, a meta de produção de 120 milhões de sacos de 60 kg – redução de produção autorizada da ordem de 11% quando comparada à safra anterior. Em contrapartida, foi realocado para a fabricação de álcool direto, um equivalente superior aos 15 milhões de sacos de açúcar deixados de produzir.

A distribuição da produção de açúcar para o mercado interno foi realizada de forma que todo o setor produtivo arcasse, equitativamente, com o ônus da redução da produção. O atendimento do mercado externo foi concentrado na região Nordeste (Pernambuco e Alagoas, principalmente), enquanto a produção de álcool fixou-se basicamente no Centro-Sul (São Paulo em especial). Esta determinação atendeu à adequação de infraestrutura das regiões, sendo que, no caso do álcool, a escolha da região Centro-Sul como principal produtora vinculou-se também à capacidade de produção e consumo da região.

A economia canavieira no Brasil incorpora parâmetros estranhos ao funcionamento de uma economia de mercado. Por ser uma economia dirigida em todos os seus segmentos, não está subordinada diretamente às leis da oferta e procura. Como tem seu preço e produção fixados exogenamente, é na operação mais eficiente do complexo que se situam as possibilidades de maiores ganhos do setor. Uma vez estabelecido o preço, a minimização do custo de operação permite a maximização dos lucros.

Na fase agrícola de produção, os problemas de custo dizem respeito às variedades da cana e administração da colheita. Na fase industrial, o aspecto sensível do custo está associado à tecnologia adotada. Projetos de engenharia mais modernos, com administração mais eficiente dos equipamentos, permitem a redução dos custos e aumento do rendimento industrial.

O QUADRO AGRÍCOLA

Na área agrícola, o principal problema é a degeneração das variedades cultivadas. Como resultado, pequenos são os ganhos de produtividade observados na cultura. No qüinqüênio 68/72, o rendimento médio da lavoura de cana no Brasil era de 46.076 kg/ha, evoluindo em aproximadamente 2% no qüinqüênio 72/76 (47.006 kg/ha).

Estimulado pelos altos preços vigentes no mercado internacional, a partir de 1972, iniciou-se o processo de expansão da fronteira agrícola canavieira no país. Quando do arrefecimento dos preços (1975),

levantou-se a alternativa de se canalizar parte da produção de cana-de-açúcar para a produção de álcool com fins carburantes, o que se ajustava à nova situação criada com o súbito aumento dos preços do petróleo. Mas os elevados níveis de produção mundial e nacional estavam a exigir medidas de rigoroso controle da produção.

Na região Norte/Nordeste, ainda para a safra 77/78, os produtores expandiram a área plantada e efetuaram a renovação dos antigos canaviais. Ao final desta safra, contudo, por falta de alternativa de alocação, o produtor teve de deixar parte de sua cana no campo para ser colhida na safra 78/79. Além disto, suas socas receberam maus tratos culturais.

Os principais produtores da região Nordeste são os Estados de Pernambuco e de Alagoas. Em ambos, além do problema das variedades de cana, também há problemas de natureza topográfica. Quanto às previsões para a safra 78/79, em Pernambuco, a expectativa reinante é de que não se verifique plantio, ainda refletindo a pouca atratividade econômica da cultura. Apesar desta perspectiva, a cana plantada não cortada e as socas, permitirão uma produção superior à previsão global de 23.330 mil sacos autorizados (possibilidade de produção em torno de 25.000 mil sacos). A redução da produção somente se efetivará a partir da safra 79/80, se permanecer o atual quadro contracionista.

Em Alagoas, não deverá haver expansão da área plantada para a safra 78/79. Como reflexo da crise financeira que sofre o setor açucareiro nordestino, haverá uma tendência para a redução de área ou, menos, para retração da intensidade de plantio. Qualificando mais precisamente a situação do Est pode-se prever a ocorrência de substituição dentro da área produtiva: a Zona da Mata — topograficamente semelhante à região sul canavieira de Pernambuco — deverá reduzir a produção, o que, inclusive, já vem ocorrendo há cinco anos, mas cuja tendência deverá se acentuar, para este período. A zona sul do Estado poderá compensar esta diferença com expansão de sua produção.

Na região Centro-Sul, São Paulo destaca-se como o Estado de maior expressão no quadro da cultura canaveira, apresentando excelentes condições de solo, clima e topografia para a produção de cana, cuja lavoura desenvolve-se, basicamente, nas regiões de Bauru, Piracicaba e Ribeirão Preto. Para a safra 78/79, o Estado deverá ter disponível para moagem, uma quantidade de cana em torno de 53 milhões de toneladas, o que traduz uma produção compatível com os 80.515 mil sacos autorizados.

Apesar do quadro externo desfavorável, além da cultura não apresentar alta rentabilidade em função da compressão de seus preços, o fato de atingir o ciclo de corte entre 12 e 18 meses de plantio para produzir por 3 ou 4 safras, reduz a possibilidade de uso alternativo das terras. Além disso, a terra utilizada para cana em determinadas regiões por condições edáficas e climáticas pode não servir para outras culturas, como ocorre no Nordeste. Por outro lado, o hábito de ter garantida a compra de sua quota à margem dos mecanismos usuais do mercado, induz o produtor a preferir reduzir suas operações a abandonar o setor.

O QUADRO INDUSTRIAL

Na área industrial, as alternativas situam-se entre a produção de açúcar e melaço pelas usinas, ou a produção de álcool pelas destilarias anexas ou autônomas. Apesar de o mercado doméstico consumir 2/3 da produção nacional de açúcar, o consumo interno já se encontra em nível bastante elevado (45 kg/*per capita*), subordinando incrementos adicionais no consumo ao crescimento vegetativo da população. Isto explica o controle institucional rigoroso sobre a produção.

Uma vez estabelecido o preço, a rentabilidade do setor irá depender da eficiência do processamento industrial da cana, de sua qualidade, assim como do volume autorizado de moagem por usina. O IAA considera satisfatório um rendimento industrial de 90 quilos de açúcar cristal por tonelada de cana na região Norte/Nordeste e de 94 quilos na região Centro-Sul. No Estado de Pernambuco, por exemplo, o rendimento médio das usinas açucareiras alcançou apenas 80 kg de açúcar por tonelada de cana (dado de 31/5/78). No Estado de Alagoas, o rendimento industrial médio foi ainda mais baixo, situando-se em 77,87 (dado de 15/5/78). Pernambuco moeu 16.158 mil t de cana, o que deveria corresponder a uma produção de 24.237 mil sacos de açúcar, caso se efetivasse o rendimento médio ideal determinado pelo IAA. O Estado não logrou, entretanto, uma produção superior a 22.027 mil sacos, implicando numa perda de 2.210 mil sacos. Fazendo-se um cálculo aproximado — pois estamos supondo que toda a produção de açúcar seria do tipo cristal, destinado a operações interestaduais — ocorreria, neste caso, uma perda de recursos da ordem de 521 milhões de cruzeiros, com base no preço fixado em 6/1/78. No caso de Alagoas, de 14.518 mil t de cana, o Estado obteve uma produção de 18.809 mil sacos.

O pagamento por teor da sacarose, em lugar do pagamento por t de cana, atenuaria um dos problemas que respondem pelo rendimento industrial inferior a 90 kg/t no Nordeste. O importante é que não haja transferência ao produtor rural do prejuízo resultante da cana de baixa qualidade, fruto da degeneração das variedades. Resolvido este problema, quanto maior a produção para a usina, menores serão os custos fixos em relação ao custo total e, portanto, menores seus custos operacionais.

A racionalização da distribuição da produção de açúcar para a safra 79/80 poderá atender às possibilidades de consumo, concentrando, no Nordeste (como foi realizado para a safra 78/79), a produção de demerara, dada a infraestrutura mais adequada e a plena operação do terminal de Alagoas. Destinar-se-ia à região Centro-Sul, a produção de açúcar para mercado interno.

O excedente de cana disponível e a conseqüente possibilidade de superprodução, não ficam solucionados. O que deverá ocorrer é um "descuido" dos produtores de açúcar em relação à recuperação total da sacarose por tonelada de cana. O aproveitamento do mel mais rico daí resultante para conversão em álcool, deverá se efetivar desde que a usina possua uma destilaria anexa ou autônoma ou possa vender o mel a preços mais elevados. Com isto mais cana será moída — para atender a quota de açúcar — mas o agricultor deverá perder receita por possível pressão das usinas para pagarem menos pelo excedente de cana moída. É claro que, além do agravamento dos problemas econômicos do campo, o desempenho da la-

voura a longo prazo será fortemente afetado.

Outra alternativa seria a colocação do mel no mercado externo. Uma boa cotação do mel (em torno de US$ 60/t) permitirá atrasar o corte da cana. Uma vez passado o ponto de corte, reduz-se a qualidade da cana para açúcar em maior proporção que para produção de mel.

A PRODUÇÃO DE ÁLCOOL

Alternativamente, mobiliza-se o setor para a produção de álcool para fins carburantes. A adoção de uma paridade técnica de 42 litros/saca de 60 kg e o novo preço para o açúcar corrigem o preço vigente para o álcool, de Cr$ 4,50/litro para Cr$ 5,6972 (região Centro-Sul) e Cr$ 5,8855 (região Norte-Nordeste) estabelecendo uma paridade mais realista. Dado que se procura uma paridade econômica para o setor, onde seja indiferente produzir açúcar ou álcool, esta paridade técnica de 42 litros/saca poderia ser corrigida na safra 79/80 para situar-se em 40 litros/saca, que seria mais adequada.

A chave da preocupação com o Proálcool é o não desenvolvimento das atividades relacionadas à sua distribuição. Alguns entraves ao escoamento no Norte/Nordeste não foram levantados. O problema se inicia no momento do embarque: o IAA não dispõe de equipamentos e pessoal suficiente para realizar a análise do álcool nas usinas ou nos portos de embarque. Fora de Recife, João Pessoa, Natal e Maceió são precárias a rede de recepção do carburante, a situação de embarque para centros de mistura e recebimento no destino, além de outras operações relacionadas com a distribuição do álcool.

Frente a estes obstáculos e analisando o sucesso do plano do álcool dentro da atual conjuntura baixista dos preços do açúcar, o empresariado tem preferido operar com destilarias anexas. Estas destilarias poderiam ser convertidas em usinas caso os preços do açúcar se recuperassem e o empreendimento "álcool" fosse desestimulado. Além disto, o investimento necessário para uma destilaria anexa é bem menor (apenas 25% dos recursos gastos para manter toda a infraestrutura de uma destilaria autônoma), permitindo a economia de recursos escassos no setor. Quando da opção por destilarias autonômas, geralmente há um complexo cana-usina-destilaria, que permite assegurar lucros e minimizar perdas no jogo econômico entre os três segmentos.

ENTRAVES DE CURTO PRAZO AO DESENVOLVIMENTO DO PROÁLCOOL

A curto prazo, os entraves mais relevantes ao desenvolvimento do Proálcool são os seguintes:

1 - o atual sistema de craqueamento do petróleo nas suas refinarias, associado à crescente oferta de álcool carburante e às medidas de racionalização e a economia de combustíveis, poderia criar um excedente de gasolina expressivo dentro do país. Além da difícil colocação da gasolina no mercado externo há que considerar seu custo mais baixo de produção quando comparado ao álcool, o que deses-

timularia o consumo deste último.

A alteração do sistema de craqueamento, reduzindo a produção de gasolina em favor de um processamento maior de derivados pesados, envolveria investimentos da ordem de 6 bilhões de cruzeiros (60% dos recursos do Proálcool) projeto viável, portanto, somente a médio prazo.

A redução do consumo de petróleo envolveria o desenvolvimento de pesquisa tecnológica que permitisse a mistura do álcool ao diesel e nas caldeiras que queimam ***fuel-oil***, possibilitando, assim, esta redução.

2 - A utilização de álcool para a locomoção dos veículos movidos a óleo diesel envolveria a necessidade de adaptação dos motores dos milhares de camilhões utilizados no país. Além dos custos desta operação, tal modificação mecânica não poderia se efetuar em pouco tempo.

3 - Não houve crescimento de tancagem nas regiões de mistura, compatível com o aumento previsto de produção. Seria necessário um número de tanques que possibilitasse armazenar mais 34,3 milhões de litros. A previsão é de que 29,7 milhões de litros em tancagem sejam realizados em 78 e o restante em 79.

Também faz-se necessário um esquema de distribuição que permita a transferência de produção excedente de certas regiões (Nordeste, principalmente) para os grandes centros de mistura. Este transporte poderia ser realizado pelos navios que efetuam a distribuição de gasolina no retorno ou, para alguns Estados, por via férrea.

4 - A Petrobrás se defronta com uma menor disponibilidade de recursos, ou seja, deixa de ganhar na gasolina a diferença que paga a mais pelo álcool. Esta queda de recursos disponíveis pode retardar a utilização de um produto economicamente mais oneroso. O preço médio da gasolina automotiva nos centros de mistura é da ordem de Cr$ 6,4054/litro, enquanto o seu custo de produção é bem inferior.

5 - A possibilidade de exportação de álcool para outros países é obstada pela limitada demanda mundial.

6 - A possibilidade de se criarem estoques de segurança dentro do país, que seriam renovados a cada safra para evitar problemas de perda de qualidade do açúcar, tem retraído uma parte do empresariado em se engajar no Proálcool. Outra alternativa seria colocação do açúcar no mercado externo para fins de consumo não humano.

Feijão

O CARÀTER CÍCLICO DOS PROBLEMAS DE ABASTECIMENTO DE UMA CULTURA MARGINALIZADA

Num quadro formado pela estagnação do volume produzido anualmente, pelo menos desde 1968, o fei-

jão vem enfrentando sucessivas crises de abastecimento, que se aguçaram a partir de 1976. Tal fato decorre do longo processo de marginalização a que vem sendo submetida a cultura, quer na estrutura produtiva agrícola, que vem se desarticulando em favor de outras mais rentáveis, quer no setor de pesquisas, onde o apoio oficial tem-se revelado descontínuo.

O período produtivo 78/79 deverá refletir, mais uma vez, o comportamento da comercialização do produto na atual entressafra. Com uma produção total de feijão estimada para o corrente ano agrícola (77/78) em 2.300 mil t, teríamos, aparentemente, condições de suprir sem problemas o consumo nacional que é inferior a 20 kg/*per capita*. Contudo, uma produção desta mesma ordem na safra passada — 76/77 — não evitou a ocorrência de uma crise localizada no fluxo de abastecimento do feijão-preto, principalmente no Rio de Janeiro, levando-nos a importar o produto em grandes quantidades.

Desde a brusca queda de produção ocorrida na safra 75/76, o feijão-preto — por sua participação direta na composição do índice de preços — tem a evolução normal de sua cotação obstaculizada por constantes tabelamentos. Em setembro/77 passou a constar, no Rio e em São Paulo, da tabela CIP-Sunab, aplicável apenas à rede de supermercados. No entanto, não se devem unicamente ao tabelamento os problemas com o abastecimento da leguminosa. Em 77, quando o volume da safra total colhida foi bem superior ao do ano de crise, ocorreram importações que foram completamente absorvidas. O fato parece caracterizar, na verdade, que a produção de feijão-preto, especificamente, tem sido inferior ao consumo. Visto que o governo não tem permitido que este se retraia via um preço compatível com a oferta interna, o quadro ora descrito se mantém ciclicamente. A esperança de normalização do mercado, presente a cada safra, tende a afrouxar os preços para, logo após, diante da incapacidade da produção em atender ao consumo, se elevarem, caracterizando nova crise do abastecimento do produto.

Na atual entressafra os problemas de abastecimento se repetem com as seguintes características: o preço mínimo praticado gerou um preço no atacado incompatível com a tabela do varejo, e a quebra da safra das secas na região Centro-Sul, cujo montante não deve afetar significativamente a disponibilidade interna, provocou um aquecimento especulativo dos preços, aguçando esta incompatibilidade.

Até algumas semanas atrás, os supermercados do Rio de Janeiro vinham sendo abastecidos pelo estoque governamental, remanescente do feijão mexicano importado em 77, atualmente esgotado. Com um consumo mensal de feijão-preto da ordem de 12.000 t, das quais 8.400 t (70%) ofertadas pelos supermercados, a região metropolitana do Rio precisaria de aproximadamente 50.000 t do produto até outubro/78, das quais 35.000 t necessariamente repassadas aos supermercados a preços acessíveis. No entanto, os estoques oficiais do produto talvez não cheguem a 10.000 t, parte dos quais já está sendo enviada ao Rio de Janeiro a fim de suprir o abastecimento durante o mês de julho. A partir de outubro, a proximidade da safra das águas (nov/78) tenderia a desaquecer os preços.

ESTOQUE É LEMBRADO NO MOMENTO DE CRISE

Visando reforçar seus estoques bem como evitar a especulação em torno da reduzida produção da safra

das secas da região Centro-Sul, o governo, por meio da CFP, entrou no mercado tentando adquirir feijão-preto, oferecendo remuneração superior ao preço mínimo. Contudo os Cr$ 307,00/sc 60 kg oferecidos pelo governo já foram superados em muito pelos preços de mercado, onde o atacadista chega a pagar além de Cr$ 400,00 pela saca.

Por outro lado, devido ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor executado na última safra das águas do Paraná, existe um montante de feijão em EGF em mãos de cooperativas, cujos prazos estão vencendo. Como a entrada deste produto no mercado não está conseguindo aliviar a tendência altista dos preços, o recurso às importações parece ser uma opção obrigatória.

As medidas de formação de estoque do produto pelos órgãos oficiais arcam com o ônus decorrente de seu próprio atraso. Apesar da fixação de um preço superior ao mínimo para as aquisições do governo e da compra de feijão das cooperativas a preços já afetados pela crise -- acima dos Cr$307,00/sc 60 kg — foram necessárias importações, não só para suprir o mercado, como para desaquecer as cotações do produto. Neste sentido, é importante considerar que, apesar da crise ater-se ao Rio de Janeiro — devido à tabela — outros mercados, como o Rio Grande do Sul, são grandes consumidores de feijão-preto e se constituem em canal alternativo de escoamento do produto paranaense.

A importação, por sua vez, esbarra em duas restrições importantes. A disponibilidade de feijão-preto no mercado internacional, segundo algumas fontes, limita-se atualmente a 30.000 t, cuja cotação situa-se em torno de US$ 400/t FOB. Somando-se frete e outras despesas, o preço interno resultante seria de Cr$... 650 por saca de 60 kg CIF-Rio, visivelmente mais elevado do que o preço praticado pelas cooperativas paranaenses.

TAXAS DE CRESCIMENTO RETRATAM ESTAGNAÇÃO

Os elevados preços de mercado atualmente, assim como a antecipação do aumento do preço mínimo para a próxima safra, podem constituir estímulos ao plantio do feijão. Adicionalmente, por ser uma cultura de plantio antecipado e de reduzido ciclo produtivo (cerca de 90 dias), poderá vir a sofrer expansão de área devido à situação de descapitalização a que estão hoje submetidos os agricultores. O Estado do Paraná — principal produtor de feijão-preto — se vê particularmente atingido por esta situação, devido a ter sido o mais afetado pela quebra generalizada de safras, decorrente da estiagem.

Paralelamente, mesmo abstraindo-se a ocorrência de catástrofes climáticas, uma possível expansão de área não deve modificar significativamente a produção global da próxima safra (78/79) em relação à média dos últimos anos.

A produção nacional, no período 68/76 cresceu à taxa de -1,4% a.a. Apesar de 1976 ter sido um ano especialmente afetado por fatores climáticos adversos, a taxa também se revela negativa (-0,3%) ao considerarmos o crescimento 68/75. Pode-se concluir, então, por uma estagnação da produção. O comportamen-

to da área colhida é semelhante ao da produção e sua taxa de crescimento para os períodos mencionados foi de 1,2% e 1,4%, respectivamente. A produtividade também se manteve praticamente estagnada, apresentando taxas de -1,9% e -1,2% para os períodos assinalados.

Com base nesse comportamento, a possibilidade de mudanças imediatas é bastante restrita, pois está ligada a medidas de longo prazo, como a continuidade de pesquisas sobre variedades mais resistentes, emprego de tecnologia mais moderna ou modificações na estrutura fundiária da cultura. É relevante notar, ademais, que as conclusões a respeito de produção, área e rendimento físico, refletem o comportamento da cultura em geral, englobando todos os tipos de feijão.

Não é remota a possibilidade de que a proporção da produção e a área do feijão-preto frente ao total da cultura — estimada tradicionalmente em 30% — esteja decrescendo ao longo dos últimos anos. Este fato é evidenciado pela completa absorção das importações ocorridas em 1977 e a atual necessidade de complementação externa para suprir o abastecimento. Daí a importância da já mencionada possibilidade de expansão de área no Estado do Paraná, a qual pode constituir fator atenuante frente à situação da produção deste tipo de feijão.

Em contrapartida, a perspectiva de manutenção do controle CIP-Sunab — com eventuais reajustes — nos centros onde ele é aplicado, colocam o abastecimento desses mercados durante a próxima entressafra (maio a outubro/79) na dependência de medidas a serem tomadas na entrada da safra das águas (nov/78).

COMPATIBILIZAÇÃO DOS PREÇOS CONDICIONA NORMALIZAÇÃO DO MERCADO

Em primeiro lugar, um reajuste da tabela CIP-Sunab para compatibilizá-la com o novo preço mínimo, possibilitaria fácil acesso ao produto pela rede varejista controlada, pelo menos durante a entrada da safra, quando os preços estão desaquecidos. Caso esta preocupação não se traduza nas decisões oficiais, estarão dados os parâmetros para a configuração de um quadro semelhante ao do início deste ano, quando o governo pôde abastecer os supermercados do Rio desde a entrada da safra, apenas por possuir remanescentes do feijão importado no ano anterior. Tal situação, em perspectiva para o próximo período produtivo, forçaria a aplicação de medidas onerosas — a atuação reguladora do governo durante todo o ano de 1979 — ou de difícil viabilização, porquanto a importação necessária parece limitada pela disponibilidade do produto no mercado internacional. Em ambas as hipóteses, o ônus governamental aumentaria significativamente, dado que o produto teria que ser subsidiado aos supermercados.

Por outro lado, a ampliação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor paranaense, agilizando a entrega do produto às cooperativas, sejam os agricultores associados ou não, é um passo importante na redução da intermediação que onera a comercialização do produto. Contudo, não resolve ainda o problema da formação de estoques oficiais.

ESTOQUE REGULADOR X TABELAMENTO

Caso o governo entre no mercado adquirindo feijão-preto na época da colheita, pagando um preço superior ao fixado para o EGF, poderá ser, então, constituído estoque suficiente para regularizar o abastecimento nos mercados controlados durante o período de alta dos preços, que caracteriza a entressafra. Uma política nesse sentido seria facilitada pela concentração do produto em mãos das cooperativas, com a aplicação do Programa estadual supra mencionado e reforçado pelo Programa Federal de Pré-EGF, que adianta recursos para capital de giro destas cooperativas.

Como dentre os centros afetados pelo tabelamento CIP-Sunab — Rio de Janeiro e São Paulo — apenas o primeiro é grande consumidor de feijão-preto, a concentração de recursos para aplicação de uma política de estocagem levaria à possibilidade de acumular, a partir da primeira safra paranaense, as 70.000 t do produto estimadas pela CFP como suficientes para regular o mercado em questão. Os preços nos demais mercados viriam a refletir a disponibilidade real de feijão-preto, frente às necessidades de consumo do país.

A alternativa, já aventada, de tabelamento governamental do produto, não seria a solução para os problemas do abastecimento, como mostra a experiência passada. Quer seja limitado ao preço de varejo, quer estendido ao nível do atacado, o tabelamento não beneficia o fluxo de abastecimento ou o acesso do consumidor ao produto, pois este desaparece do mercado normal, passando ao mercado "negro", a preços onerados adicionalmente pelo risco. O ônus é tanto maior quanto mais extensa a amplitude vertical do tabelamento, em decorrência do aumento do risco.

Caso o governo, visando impedir uma desvantagem comparativa do feijão-preto, que seria uma causa futura de desestímulo à sua produção em favor de outros tipos, estenda o tabelamento a todas as variedades consumidas, as dificuldades operacionais da medida a tornariam inviável. Qualquer tentativa de simplificação generalizando um preço para "feijões de cor" esbarra na existência de variedades com qualidades distintas e preços tradicionalmente diferenciados.

A deterioração estrutural inicialmente apontada, que acarreta a fragilidade do produto a variações climáticas, bem como a estagnação do rendimento físico, podem levar a cultura a impasses mais sérios e de difícil solução, visto que a disponibilidade do mercado externo tem se reduzido, limitando nossas alternativas.

Cacau

AS ESTATÍSTICAS E A REALIDADE DO MERCADO

Após três anos consecutivos de acréscimos em suas cotações, partindo de US$ 0,549/lb-peso em média

durante o ano de 1975 e atingindo a média de US$ 1,672/lb-peso em 1977, o cacau em amêndoas, desde o início do 1º semestre do corrente ano, vem reassumindo uma trajetória de normalização dos seus preços no mercado externo.

A tendência à normalização já se fazia sentir no final de 1977, por ocasião da divulgação de previsões realizadas por *Gill & Duffus LTD* quando antecipou a existência de um excedente de 99.000 t de cacau no encerramento do ano agrícola 77/78. Apesar de meramente especulativas, posto que os boletins subseqüentes da empresa ora omitiam, ora confirmavam aquela previsão sobre excedentes, as estatísticas divulgadas procuravam refletir o incremento que a cultura vem recebendo em alguns países produtores, como conseqüência direta dos melhores preços recebidos pelos agricultores. A respeito, deve-se ressaltar ainda que os levantamentos da *International Cocoa Organization* (ICCO), jamais corroboraram os números da *Gill & Duffus LTD* prevendo excedentes em níveis bem menores.

Ainda assim, nos seis primeiros meses do ano o mercado caracterizou-se por certa estabilidade, com os preços oscilando na faixa de US$ 1,30 a 1,45/lb-peso, devido principalmente à indefinição quanto ao volume e início da safra temporã brasileira, que se constitui na mais importante fonte de oferta no período da *mid crop* africana (maio/agosto).

Com a previsão em torno de 1,8 milhão de sacas de 60 kg, a safra temporã brasileira poderá ser igual à do ano passado, quando nesta mesma época as cotações do cacau registraram o recorde de sua história. Verdade é que a baixa *performance* detectada na produção da África Ocidental em 76/77, foi o fator de influência decisiva na elevação dos preços do produto.

Na atualidade, o panorama internacional apresenta cores diferentes, com a cotação da amêndoa mantendo-se na faixa mencionada acima, indicando a absorção das notícias sobre as previsões iniciais de que a safra temporã no Brasil atingiria 2,0 milhões de sacas. Este posicionamento das cotações evidencia,de forma nítida, o poder de manipulação das estatísticas de influência direta no mercado, exercido pelos importadores do produto, vez que este seria o momento propício ao Brasil, detentor de 80% da oferta mundial de cacau, para conseguir melhor preço para seu produto.

Adicionalmente, deve-se destacar a evolução da "podridão parda", fator limitante da produção de cacau no Brasil, que poderá funcionar como regulador das cotações da amêndoa no mercado externo, neste período. De acordo com levantamentos de órgãos estatais e privados, até meados de abril, a incidência da doença na totalidade da região cacaueira era de 15%. Levando-se em conta que, na atual época do ano, o agente patógeno adquire melhores condições de desenvolvimento, é de se prever uma frustração da safra temporã em torno de 20%, representando um volume de 360.000 sacas (21.600 t).

Entretanto, esta frustração de safra não deverá causar impactos significativos no mercado internacional, em virtude do atraso da safra que, uma vez absorvida a extemporaneidade inicial, mascara a redução da produção , ao longo do período da colheita.

No que se refere à safra principal a ser colhida em princípios de outubro, o panorama até o presente momento não é dos mais favoráveis sendo, no entanto, prematura qualquer previsão mais acurada que se faça a respeito. Assim, o retardamento da safra temporã poderá trazer problemas, pois a coincidência da colheita com o desenvolvimento da floração e "birração", além de atrasar a safra propriamente dita pode induzir também uma redução na sua produção.

HÁ EQUILÍBRIO NOS ESTOQUES MUNDIAIS?

Por outro lado, os ganhos obtidos em 1977, coadjuvado pelo espectro permanente da "podridão parda", têm ensejado aos produtores brasileiros o exercício de uma política de vendas mais realista de acordo com o nível verdadeiro de oferta do setor produtivo. A comprovação dessa realidade está na volta paulatina e, em certos casos, agressiva, dos manufatureiros importadores que, segundo as previsões mencionadas, deveriam dispor de estoques equilibrados.

O atual comportamento dos importadores evidencia, pois, a necessidade de aquisição da matéria-prima a fim de cumprir seu cronograma de moagens, de modo a evitar situação semelhante à de um ano atrás, quando, ao encerrar a safra 76/77, verificou-se um déficit nos estoques mundiais, que teve como conseqüência uma corrida ao mercado por parte dos industriais.

Assim, do lado dos países consumidores a cômoda situação propalada com a previsão de excedente entre produção e moagem, somente o é na aparência, pois os últimos levantamentos anunciados sobre importações, reexportações e moagens de cacau nos importantes centros de consumo do mundo não confirmam *in totum* aquela previsão inicial.

Atualmente, o mercado de futuros de cacau em amêndoa vem sendo pressionado através da ação de especuladores, que prevêem uma redução no volume processado do produto dos EUA e no Reino Unido ao longo do segundo trimestre do corrente ano, em torno de 15 a 20% quando comparado a igual período de 1977.

Entretanto, as importações norte-americanas de cacau em amêndoas e seus derivados nos cinco primeiros meses desse ano, revelam certa intranqüilidade do seu parque manufatureiro em relação ao nível em que se encontram os seus estoques. Assim, quando comparamos o total das aquisições norte-americanas de amêndoas e de manteiga referentes ao ano civil de 1977, com as de janeiro a maio de 1978, constataremos que as de 1978 equivalem a 60,78% e 50,19%, respectivamente, do total adquirido ao longo de 1977. Além disso, comparando-se o volume de importações norte-americanas do período de janeiro a maio de 1978 com igual período de 1977, constatam-se as seguintes variações: amêndoas +4%; manteiga + 1 %; *liquor* + 100 % e torta + 16 %, em favor das importações mais recentes.

Por outro lado, o consumo doméstico norte-americano no mês de abril de 1978, indica um pequeno de-

créscimo em relação ao de abril de 1977, mas ao observarmos o volume das importações recentes, conclui-se que, ou os estoques estavam abaixo do nível de segurança ou as indústrias estão acumulando reservas para as temporadas de maior consumo.

Outrossim, as importações e reexportações do cacau durante o mês de maio no Reino Unido — outro grande consumidor (importações: + 99 % e reexportações: -66,8 %) — quando confrontadas com maio de 1977, sugerem certa escassez da matéria-prima.

Ademais, os números relativos às moagens de cacau em amêndoas nos grandes centros processadores que, ao longo do tempo, têm-se constituído em indicativo preliminar e expedito do consumo mundial de cacau, não se revestem mais do grau de fidelidade pretérito, em face do crescente volume de importações de *liquor* diretamente de países produtores. O exemplo mais conspícuo refere-se às importações norte-americanas que, nos cinco primeiros meses de 1978, totalizaram 20.864 t de *liquor*, 100% a mais do que em igual período de 1977. Assim, os números declinantes relativos à moagem, recentemente divulgados, não representam mais o nível real de consumo daquele país, porque não se incluem os valores relativos ao cacau semiprocessado que, intrinsecamente, representam 25% a mais quando equiparados a amêndoas.

CLIMA, PREÇOS AO PRODUTOR E POLÍTICA DEFINIRÃO PRODUÇÃO AFRICANA

No tocante à produção dos países da África Ocidental, nossos principais competidores no mercado mundial, a safra 78/79 mostra-se bastante promissora. À primeira vista, as condições climáticas, condicionantes principais da produção naquela região, estão se revelando normais, com perspectivas para os próximos meses ainda mais favoráveis às necessidades da cultura.

Além das condições climáticas, o obstáculo que pode interferir na produção e na produtividade da cacauicultura africana é a baixa remuneração dos produtores relativamente às cotações do mercado internacional. Comparativamente ao nível de preços recebidos pelos cacauicultores brasileiros, os produtores de Gana, Costa do Marfim, Nigéria e Camarões receberam, em 1977, 57% a menos. Vale ressaltar que, por iniciativa de Gana e Costa do Marfim, encontra-se em andamento negociações para melhoria do nível de remuneração dos produtores africanos. Antecipando-se a essas negociações, constata-se que os preços recebidos pelos produtores africanos, ao longo de 1977, tiveram um acréscimo de 29% quando comparados com a taxa de aumento da remuneração dos cacauicultores brasileiros.

Resta acrescentar ainda, como fator interveniente no nível de produção africano, a fase de instabilidade política que atravessam os países produtores e nações limítrofes, ilustrada pela recente mudança de poder ocorrida em Gana, nação detentora de cerca de 25% da produção mundial.

DIVISAS: 1978 REPETIRÁ 1977?

No plano interno do movimento de vendas relativo ao primeiro semestre de 1978, pode-se depreender

que o valor das exportações brasileiras de cacau neste ano dificilmente alcançará a cifra recorde registrada em 1977. Assim, se considerarmos o estágio atual da safra temporã brasileira — coincidindo com a safra principal a ser colhida a partir de outubro — e a entrada nesta data do cacau africano, é de se esperar um leve declínio na cotação de amêndoas, com perspectivas de decréscimo mais acentuado no início do ano vindouro.

Partindo desse contexto, sente-se que o momento é decisivo para abertura e conservação de novas fronteiras de exportação, que venham a constituir-se em mercado consumidor permanente aos acréscimos de produção previstos no PROCACAU. As técnicas de ***marketing*** desenvolvidas internamente visando promover a expansão do mercado doméstico, podem e devem ser utilizadas para ampliação do mercado dos países da ALALC, cujo nível de consumo ainda é extremamente baixo. Estímulo também deve ser dado à política de comercialização que vem sendo executada pelos produtores e exportadores, a fim de que o preço médio das exportações do cacau ascenda ao máximo possível, de modo a compensar, ainda que parcialmente, o provável déficit de nossa balança comercial no ano de 1978, resultado das perspectivas pessimistas quanto à exportação dos produtos agrícolas.

Milho

MERCADO INTERNACIONAL : A CORRELAÇÃO HISTÓRICA ESTOQUES/PREÇOS

O comportamento dos preços internacionais do milho nos últimos anos tem revelado forte correlação com as flutuações dos estoques norte-americanos. Com a expansão da demanda mundial não acompanhada por incremento equivalente na produção, os estoques de milho dos EUA reduziram-se de 30 para 9 milhões de t, entre os anos de 1969 e 1975. Nesse período, particularmente a partir de 1972, configurou-se rápida escalada de preços, (130% no período 1972-74 em termos reais) tendo o produto alcançado, nos últimos meses de 1974, a cotação recorde de US$ 165/t a preços de junho 1978.

Um importante fator explicativo do aumento da demanda mundial de milho foi o crescimento do mercado de rações, em conseqüência da expansão dos rebanhos animais nos EUA, URSS e Europa. No período 1971-75, o rebanho bovino dos EUA cresceu 15,0% (de 114,6 para 131,8 milhões de cabeças), enquanto a Europa Ocidental e a Europa Oriental expandiam aqueles efetivos em 7,9% e 10,8%, respectivamente, no mesmo período considerado. Ao mesmo tempo, ocorriam incrementos na avicultura e na suinocultura, que elevaram seus rebanhos mundiais em 10,1% e 3,9%, respectivamente, naquele período.

A partir de 1975, os preços internacionais do milho passaram a declinar com o impacto de três sucessivas safras abundantes nos EUA, favorecendo o aumento dos estoques mundiais. Por conseguinte, prevê-se para o final da presente temporada (30 setembro), a formação de um ***carry-over*** nos EUA de 30,7 milhões

de toneladas (36,5% superior ao do final da temporada anterior), segundo a projeção feita pelo USDA em 23 de junho último.

Dessa forma, delineia-se atualmente o mesmo espectro de abundância que se configurou ao final dos anos 60 e que precedeu a severa crise de escassez de alimentos do início desta década. Seria lícito, portanto, supor que o mercado ingressará em nova trajetória ascendente de preços nos próximos anos?

REDUÇÃO NO PLANTIO NORTE-AMERICANO

Do lado da oferta mundial, os primeiros indícios em favor daquela suposição começaram a surgir ainda em 1977, quando o governo dos EUA manifestou a intenção de reduzir o plantio de milho naquele país. Os últimos meses daquele ano foram marcados por intensas gestões para alcançar tal objetivo e, no início de 1978, foram implementados os programas de ***set-aside*** e de diversificação do plantio.

Além disso, fatores climáticos concorreram para influenciar negativamente a intenção de plantio dos produtores norte-americanos. O prolongado período de chuvas durante a primavera (abril-junho) na região do ***corn belt***, ao dificultar o preparo do solo, acabou gerando grandes atrasos no plantio de milho naquela área. A conseqüente opção pelo maior plantio de soja é facilmente explicada: o milho, quando plantado a partir de maio naquela região dos EUA, apresenta normalmente redução de produtividade em conseqüência de um menor período de maturação, o que não acontece com a leguminosa. Some-se, também, na caracterização de uma conjuntura mais favorável à soja, o comportamento do preço relativo soja/milho que, no período maio/junho, situou-se em torno de 2,75—2,80 acima portanto, do nível considerado neutro quanto à influência sobre a intenção do produtor norte-americano entre plantar soja ou milho.

Os primeiros números do plantio 78/79, revelados pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), dão conta de que a área semeada com milho naquele país deverá sofrer uma redução em torno de 5%, comparando-se aos 33,47 milhões de hectares da temporada anterior. De qualquer forma, o volume da próxima safra estará limitado pelas condições climáticas, uma vez consumado o plantio. Julho é considerado um mês crítico, pois em seu curso a maior parte da lavoura atravessa a fase de polinização, e uma eventual carência de umidade associada a altas temperaturas poderá reduzir o número de grãos por espiga. No mês seguinte, um ***stress*** climático poderá apressar o período de maturação, reduzindo o período de granação. Em ambos os casos, os reflexos no rendimento físico por hectare serão negativos, à semelhança do que ocorreu em 1974, quando uma primavera chuvosa, seguida de um verão quente e seco reduziram drasticamente a colheita norte-americana. Às possíveis adversidades climáticas, deve-se ponderar que, ao efetivar-se o atraso no plantio 78/79, intensificou-se a utilização de variedades de ciclo mais curto, de menor potencial produtivo.

A despeito de o USDA fixar inicialmente um amplo intervalo para suas estimativas da próxima safra —

entre 140 e 170 milhões de toneladas — sua previsão atual indica uma colheita de 156 milhões de t.

DEMANDA MUNDIAL CRESCENTE

Atuando na formação do quadro da demanda internacional, conjugam-se alguns elementos. Nos EUA, reforça-se a previsão de refluxo no ciclo pecuário bovino, com a retenção de matrizes e crias, gerando perspectiva altista para os preços futuros de bovinos. Tal evidência consubstancia-se na redução do rebanho norte-americano que diminuiu de 131,8 para 116,3 milhões de cabeças entre 1975 e 1978 em decorrência dos baixos preços praticados em 75/77, bem como da estiagem que assolou grande parte das áreas de pastagens no ano passado. Espera-se que parte do decréscimo na produção de carne bovina neste segundo semestre (-6% a -8%), seja compensada por incrementos na produção de aves e suínos, o que, ao lado do crescimento do efetivo bovino, resultará em pressões altistas sobre os mercados de milho e rações nos EUA.

A ampliação de medidas protecionistas aos produtores norte-americanos de açúcar deverá incentivar o aumento da produção de ***High Fructose Corn Syrup*** naquele país (cerca de 1 milhão de toneladas produzidas em 1977) — adoçante que utiliza o milho como matéria-prima — incrementando, assim, a demanda pelo cereal.

A mais recente estimativa do USDA prevê um total de vendas no mercado internacional para o ano que se encerra em 30/09, em torno de 44,5 milhões de t de milho. Entretanto, alguns analistas e comerciantes dos EUA sugerem que as exportações poderão ultrapassar em 5,7% o número estimado pelo Departamento de Agricultura. A URSS deverá continuar como o maior comprador — já atingiu, ao final de junho, 10,7 milhões de t na presente temporada - para propiciar a expansão planejada de seus rebanhos. Existe ainda a perspectiva de uma demanda firme por parte do Japão, CEE, Europa Oriental, Coréia do Sul, Oriente Médio e de um novo comprador — o Brasil.

Portanto, pode-se prognosticar um quadro de redução na oferta mundial de milho, pelo menor plantio norte-americano (cuja redução, entretanto, não deverá chegar aos 10% tencionados pelo programa de ***set-aside*** enquanto a demanda deverá permanecer firme, notadamente, em conseqüência do esperado crescimento dos rebanhos animais do mundo. Por conseguinte, os estoques norte-americanos entrarão em declínio no período 1978/80. Estima-se, ainda, que 35-45% do ***carry-over*** projetado (30,7 milhões de t em 30/09/78) poderão ser retirados do mercado ao ingressarem no programa trienal de reserva de grãos nos EUA, reforçando a perspectiva de elevação dos preços internacionais de milho nos próximos dois anos.

MERCADO INTERNO: RETROSPECTO 1970-77

A partir de 1970, o mercado brasileiro de milho registrou uma tendência de preços crescentes, que culmi-

nou em fins de 1973, quando o produto, a nível de produtor, foi comercializado na região Centro-Sul a um preço médio de Cr$ 136,00/sc 60 kg, atualizado para junho 78.

Essa escalada de preços foi respaldada na pressão da demanda por parte da indústria de rações, que procurava adequar-se ao crescimento experimentado na produção de pequenos e médios animais. Assim, no período 1971-73, quando a produção nacional de milho mantinha-se praticamente estagnada — em torno de 14,4 milhões de toneladas — a produção de rações para aves e suínos crescia, respectivamente, a uma taxa anual de 19,2% e 25,0%. No mesmo período, a parcela destinada à alimentação de bovinos evoluía à taxa de 25,5% ao ano. Deve-se ressaltar, por outro lado, que a participação média da avicultura no consumo total de rações naquele período perfazia 76,3%, o que revela a magnitude do crescimento do mercado de rações.

Os anos de 1974-75 foram marcados pela resposta da produção nacional na busca de satisfazer a demanda crescente, muito embora num ímpeto ainda insuficiente. Nesse período, os preços reais recebidos pelos produtores do Centro-Sul oscilaram em torno de Cr$ 120,30/sc 60 kg, em cruzeiros de junho de 78. Nesses dois anos, o país se beneficiou dos altos preços praticados no mercado internacional, proporcionando receita cambial jamais atingida antes com as vendas externas de milho (US$ 151 milhões em 1975)

A evolução da produção brasileira continuou ainda por mais dois anos (1976-77), durante os quais os estoques do governo foram substancialmente reforçados, alcançando, no final de 77, um total aproximado de 1,1 milhão de t. Nesse último ano, embora as exportações tenham-se ampliado para 1,42 milhão de t, a comercialização externa sofreu os efeitos negativos de um mercado internacional em baixa, necessitando da alocação de subsídios governamentais para sua implementação.

A ESCALADA DOS PREÇOS E O ABASTECIMENTO INTERNO

A frustração da safra 77/78 reflete inicialmente uma conseqüência do estabelecimento de um reajuste de 22,6% no preço mínimo do produto, considerado insuficiente por amplo espectro do setor produtivo.

Mais tarde, em plena entressafra no ano passado, quando os preços do milho, depois de longo período de baixa começavam a reagir como conseqüência natural da menor disponibilidade àquela época, o governo optou pela desova dos estoques oficiais, derrubando os preços de mercado e afetando, para baixo, as intenções de plantio dos produtores.

Um outro fator, este porém aleatório, adicionou-se à composição do cenário de aperto sobre o qual se debruçará o abastecimento de milho e rações até a entrada da próxima safra. De fato, o inusitado período de estiagem que assolou os campos do Centro-Sul desde o início deste ano, ao provocar séria baixa na safra brasileira (que recuou ao nível de 14,5 milhões de t), acabou por tornar-se o trampolim para o salto dos preços.

Já em março passado, à medida em que baixavam as estimativas da safra 77/78 e assistia-se à progressiva exaustão dos estoques de milho da CFP pelas freqüentes desovas no mercado, impunha-se a necessidade de efetuar-se imediatas importações, pois já prognosticavam-se a ampliação das compras soviéticas e o aumento no consumo de rações pelos EUA, o que elevariam (como mais tarde ocorreu) as cotações do milho na Bolsa de Chicago. Com o milho importado distribuído aos consumidores já a partir do primeiro semestre deste ano, seria possível a formação de um estoque dinâmico ao longo do ano, atendendo à crescente demanda e prevenindo manobras especulativas renitentes sobre o preço do produto.

No entanto, postergou-se tal decisão e os primeiros lotes do cereal importado (cerca de 246 mil t provenientes da Argentina) deverão completar o desembarque nos portos brasileiros somente ao final de julho, retardando para agosto/setembro o início de sua distribuição aos consumidores.

Enquanto isso, os preços do milho na Bolsa de Cereais de São Paulo, cresciam de Cr$ 114,00 no início de março, para Cr$ 150,00/sc de 60 kg em meados de junho, traduzindo um incremento de 31,6%. Assistia-se, então, ao acirramento da disputa pelo milho por parte de avicultores, cooperativas, indústrias de alimentos e de rações etc., que se encontravam desguarnecidos de estoques, enquanto os produtores e comerciantes, vislumbrando melhores preços, retinham o produto, alijando-se da comercialização.

Como conseqüência imediata da escassez do produto, estabeleceu-se uma substituição no consumo, a favor de rações prontas. De fato, uma parcela dos pequenos e médios avicultores que, em função da falta de milho não teve condições de preparar a ração final na própria granja, ingressou como compradora no mercado de rações prontas, constituindo, assim, um novo componente altista dos preços daquele mercado.

Com um montante de estoques insuficiente para minimizar a pressão altista e, provavelmente antecipando o atraso com que as importações seriam efetivadas, a CFP resguardou-se e programou a liberação de suas reservas (600 mil t) em 4 parcelas, de maio e agosto. Este parcelamento contudo, revelar-se-ia inócuo, quer pelos problemas de operacionalização (excessiva tramitação de papéis e encarecimento dos fretes para as retiradas mensais), quer por seus efeitos no abastecimento, dado que o montante liberado não lograva inibir a alta dos preços.

O TABELAMENTO DE PREÇOS

O crescente impacto do preço do milho no Índice de Preços por Atacado acabaria por agravar as preocupações das autoridades governamentais, que passaram a considerar a eventualidade de se recorrer ao tabelamento para controlar os preços de milho e rações.

O controle dos preços, entretanto, se de um lado reduz o efeito da escassez do produto sobre os índices de preços, por outro lado, favorece o recrudescimento de manobras especulativas indesejáveis, porquanto

dificulta a comercialização, e cria expectativas desfavoráveis nos setores que utilizam o produto como matéria-prima para produção de alimentos. O farelo de soja constitui exemplo bastante elucidativo e conhecido.

A instituição do tabelamento para rações prontas pode ser considerada de difícil exeqüibilidade, quando se considera o grande número de fórmulas existentes no mercado. Restaria, contudo, a possibilidade de se tabelar a matéria-prima (torta, farelos, farinhas etc.) utilizada na fabricação dos diversos tipos de rações, na tentativa de obter-se algum resultado prático dessa intervenção no mercado.

O ABASTECIMENTO FUTURO DE MILHO E RAÇÕES

A medida que o milho importado desembarque nos portos brasileiros, será necessária uma programação global de sua distribuição junto às entidades (associações, cooperativas etc.) que têm sido acionadas para coordenar as desovas dos estoques da CFP. Visando a evitar custos adicionais de transporte por excesso de circulação do produto, seria conveniente uma sincronia de objetivos entre os organismos estatais responsáveis pelas compras (COBEC), gerência de estoques (CFP) e armazenamento (CIBRAZEM), com as entidades que congregam o grupo dos consumidores, para que uma parte substancial do milho importado fosse canalizada diretamente dos portos às unidades de consumo.

Embora normalmente não haja entraves legais para a fixação do montante das compras brasileiras no mercado internacional, recente resolução governamental fixou em 2 milhões de t o limite para as importações de milho. O teto máximo estabelecido, entretanto, além de situar-se fora dos objetivos governamentais, é quase impraticável em função de estrangulamentos que ocorrem na infraestrutura portuária, notadamente no setor de desembarque. Na composição do quadro da oferta de milho também deve-se atentar para a utilização de produtos considerados sucedâneos daquele cereal na formulação de rações. Assim, segundo o Sindicato das Indústrias de Rações Balanceadas do Estado de São Paulo, entre 150 e 200 mil t de farinha de mandioca integral serão utilizadas com este objetivo até o final do ano.

Os preços praticados ultimamente vêm estimulando a diminuição do consumo de milho a nível de propriedade rural, com a venda direta do produto apresentando maior vantagem relativa. No entanto, torna-se difícil medir a redução esperada do autoconsumo, pois mesmo em condições normais não se dispõe de informações precisas sobre o montante da produção de milho não comercializada.

Embora não se tenha indicações conclusivas sobre o delineamento do fluxo importação/distribuição interna, antevê-se, contudo, algum atraso na sua efetivação. Por outro lado, os reflexos indiretos do mercado de carne bovina mantêm firme a demanda pelo cereal, na medida em que uma maior produção de aves será de especial importância para suprir parte do déficit proteínico resultante da crise que atravessa a pecuária bovina nacional. Por conseguinte, pode-se esperar que os preços internos do milho resistam à baixa, num grau que dependerá da maior ou menor ostensividade com que forem ativadas as me-

didas governamentais de controle de preços. Ressalte-se que os últimos meses do ano serão os de maior resistência, enquanto para o princípio do próximo ano, já será possível um afrouxamento da conjuntura de aperto, com a entrada precoce do produto da nova safra, através da antecipação no plantio, principalmente nas propriedades que utilizam o milho como matéria-prima.

A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A PRODUÇÃO DE CARNE E DE MILHO

Quanto aos aspectos da demanda, é conveniente posicionar estruturalmente a produção de carne no país. A produção de aves e suínos, ao constituir-se no grande consumidor de milho, praticamente regula a demanda e os preços do cereal. Por outro lado, os avanços tecnológicos experimentados pela avicultura e, num segundo plano, pela criação de suínos no Brasil, ao reduzirem os custos de produção, permitiram um incremento no consumo, a despeito dos preços irreais e, por conseguinte, da incisiva competição alimentada pelo mercado de carne bovina.

A análise do mercado brasileiro de carnes conduz à seguinte conclusão: enquanto não se implementar uma política anticíclica para a pecuária bovina, continuarão a ocorrer oscilações imprevistas de preços e de produção no mercado de carnes substitutas. Da mesma forma, enquanto não se estabelecer uma política realista de estoques reguladores de grãos, os projetos de expansão de avicultores e suinocultores estarão sempre potencialmente comprometidos, desde que dependem da normalidade no abastecimento de rações.

O agravamento da situação atual de abastecimento de carne bovina, com seus reflexos sobre a demanda de carnes substitutas, impõe algumas considerações sobre o desenvolvimento da pecuária de corte, da produção de carnes alternativas e, por decorrência, do mercado de milho.

Por um lado, dado o estímulo à retenção de matrizes e crias pelos crescentes níveis de preços praticados atualmente, o desenvolvimento do ciclo pecuário bovino favorece o incremento do consumo de aves, suínos e peixes na dieta da população. Em conseqüência, a produção nacional de milho deverá crescer suficientemente para garantir uma maior produção de carnes alternativas, evitando-se assim, ampliar o déficit proteínico atual.

Por outro lado, considerando-se as vantagens implícitas na perspectiva de firmeza do mercado internacional de milho nos próximos dois anos, e reconhecendo-se a urgência de se formar estoques oficiais com volume suficiente para garantir um mercado equilibrado com preços estáveis, a produção nacional de milho para a safra 78/79 não poderá ser inferior a 20 milhões de t.

Para a consecução desses objetivos requer-se, preliminarmente, uma definição das políticas de preços e de estoques reguladores, no sentido de que o estabelecimento antecipado de suas regras permita aos setores envolvidos uma maior capacidade de respostas às eventuais vicissitudes do mercado.

REFLEXÕES SOBRE A SAFRA 78/79

Para que a produção brasileira de milho atinja 20 milhões de t, o plantio a ser efetuado proximamente deverá cobrir uma área em torno de 12,27 - 12,82 milhões de ha. O limite inferior foi estabelecido computando-se a produtividade recorde de 1.630 kg/ha, registrada no ano agrícola 76/77. O limite superior, por sua vez, resultou da produtividade média auferida no período 1974-77, quando se colheram aproximadamente 1.560 kg/ha.

À região Centro-Sul, em particular, responsável por cerca de 90% da produção brasileira, considerando-se como limites da produtividade a faixa 1.900 - 1.815 kg/ha associada à safra recorde de 76/77 e ao período 1974-77, seria necessária a alocação de uma área de produção em torno de 9,47 - 9,92 milhões de ha, representando um incremento de 4,0 e 8,9%, respectivamente, sobre a área semeada no ano agrícola 76/77.

Na composição do quadro de influências sobre as intenções de plantio dos agricultores para a próxima safra, destacam-se alguns elementos. Em função da expectativa quanto ao desenvolvimento dos preços de mercado do milho e do mercado de produtos substitutos ou concorrentes em área, o agricultor toma sua decisão ponderando as peculiaridades tecnológicas de cada lavoura, bem como a disponibilidade de fatores de produção. Por outro lado, a intenção do produtor também é influenciada pela evolução relativa dos preços mínimos dos produtos concorrentes em área, uma vez que este constitui a base para o cálculo do crédito de custeio da produção.

Com referência à disponibilidade de sementes de milho híbrido e milho variedade, no ano passado constituiu-se um *carry-over* de 500 mil sacas de 40 kg (20% da produção), parte do qual (cerca de 20%) recebeu cobertura financeira para o armazenamento, através da CFP. Estima-se, no entanto, uma redução da ordem de 50% naquela disponibilidade inicial, em conseqüência de condições inadequadas de armazenamento e da venda de sementes como grãos. Portanto, dispõe-se de um *carry-over* efetivo de 10 mil t que, somado à safra colhida em 78, resulta numa oferta global de 118 mil t de sementes, quantidade suficiente para o plantio de 7 milhões de ha. Uma vez que o pagamento da semente baseia-se na adição de um prêmio remunerador ao preço de mercado do grão comercial, e considerando-se o processo de alta que foi deflagrado neste mercado ao longo de 1978, justifica-se o acompanhamento da evolução dos preços das sementes selecionadas, no sentido de se evitar demasiada pressão deste insumo no custo final de produção do milho, à época do novo plantio.

Finalmente, no estabelecimento das diretrizes básicas para a safra 78/79, há que se acentuar a importância de não se repetir as desastradas medidas de contenção de preços praticadas no ano passado, pois que certamente acarretarão novas frustrações de resultados. Assim, no período de plantio deve-se tolerar a elevação natural de preços decorrentes da entressafra, por constituir essa elevação estímulo sobre as intenções de plantio, requisito necessário à expansão de nossa produção.

Avicultura

A avicultura, como atividade industrial no Brasil, experimentou grande desenvolvimento a partir dos anos 60, quando, progressivamente, o setor sofisticou-se em sua tecnologia, incrementando o uso de linhagens específicas, técnicas de arraçoamento e manejo, e equipamentos adequados. Foi, contudo, na década de 70, que a produção de carne de aves registrou notável impulso, elevando sobremaneira seu consumo interno.

RETROSPECTO DE PREÇOS E PRODUÇÃO

A despeito das sazonalidades inerentes à própria avicultura de corte, o comportamento dos preços e da produção de frangos mantém vínculo com o desenvolvimento do mercado da carne bovina, nos seus períodos de safra e entressafra e, em parte, com a evolução cíclica deste mercado. Nos anos 71 e 72, caracterizado o início da fase de escassez de carne bovina com o conseqüente aumento de seus preços, a produção de frango de corte registrou franca aceleração, revelando uma taxa média de crescimento de 16,5% ao ano, no período 1970-73. No Estado de São Paulo, embora os preços do boi gordo tenham experimentado um crescimento real da ordem de 60% naquele período, somente em 1973 ocorreria sensível valorização (29%) dos preços recebidos pelos produtores de frango. Deve-se ressaltar, por outro lado, a redução (-9%) do preço relativo frango vivo/ração entre 1970-72, configurando significativa perda na margem de lucro dos avicultores, descomprimida no ano seguinte, quando este indicador apresentou elevação de 15%.

O início da fase de preços declinantes da carne bovina ocorreria a partir de 1974 e se refletiria imediatamente na produção de frangos que, ao atingir 434 mil toneladas, sofreria uma queda de 2,5% em comparação ao ano anterior. Posteriormente, a avicultura de corte retomou a marcha de ampliação em sua produção, ostentando uma taxa de crescimento de 9,9% ao ano entre 1974-77, não obstante os preços do frango e a relação de preços frango vivo/ração, em São Paulo, terem decrescido 20,6% e 18,3%, respectivamente, nos anos considerados.

EXPORTAÇÃO CRESCENTE

A produção comercial de frangos no Brasil, destinada na maior parte ao consumo das áreas urbanas, a partir de 1975 rompeu fronteiras, absorvendo progressivamente importantes segmentos do mercado internacional, em particular os mercados árabes. Da colocação inicial de 3,5 mil t no mercado externo em 1975 (US$ 3,2 milhões), as exportações brasileiras de carne de frango evoluíram para 19.636 t (US$... 19,5 milhões) no ano seguinte. Em 1977, a meta prevista inicialmente em 50 mil t, foi comprometida pelos estrangulamentos no sistema de transportes, pois a insuficiência de navios frigoríficos no primeiro semestre do ano limitou em apenas 8 mil t a quantidade exportada nesse período. Ao final do ano, a

CACEX havia registrado um total de vendas externas de 32,8 mil t, traduzindo um faturamento global de 31,5 milhões de dólares FOB. Assim, a participação brasileira no comércio mundial de carne de frangos cresceu de 0,5%, em 1975, para 4,5% em 1977. Deve-se enfatizar, por outro lado, que a entrada do produto brasileiro no Oriente Médio, ocorreu a despeito da ostensiva competição por parte dos tradicionais exportadores europeus, que adotam uma política de vendas sedimentada em fortes subsídios à exportação do produto.

O MERCADO DE FRANGO DE CORTE

O desenvolvimento do mercado interno de frangos em 1978 tem-se mostrado atípico em relação à sua sazonalidade característica. Normalmente, o primeiro semestre do ano é caracterizado por uma conjuntura baixista, com realce a partir de fevereiro e culminando em julho. Neste ano, ao contrário, a partir da segunda quinzena de fevereiro, os preços começaram a reagir, respaldados na obstinada resistência à queda, normal em plena safra, dos preços no mercado de bovinos. Além disto, sucediam-se estimativas cada vez mais sombrias quanto aos resultados esperados para a colheita brasileira de milho deste ano, gerando um componente especulativo, com a corrida à formação de estoques, nos mercados de milho e rações.

Esse comportamento altista do mercado de aves de corte, apesar de um ligeiro arrefecimento em abril, perdurou até o final de maio, quando os preços do frango abatido no mercado de São Paulo estavam valorizados em 28,4% relativamente à posição ocupada em janeiro de 1978. Contudo, no começo de abril iniciou-se um processo de contínua desvalorização do preço relativo ao frango abatido/ração, dados os maiores incrementos de preço deflagrados no mercado de rações. Dessa forma, pode-se inferir que os ganhos de preços no mercado avícola de corte nessa época, destinaram-se tão-somente a cobrir parte do crescimento dos custos de produção da atividade.

A partir de então, era de se esperar que o mercado de frangos permanecesse em alta, pois a antecipação do período da entressafra bovina, reduzindo a oferta de animais terminados para abate, induziria a alta de ambos os mercados de carne. No entanto, contrariando as expectativas, a previsão não se realizou no que se refere ao mercado de frangos. A baixa que se seguiu resultou do excesso de oferta do produto em São Paulo, que viu dificultado o escoamento da sua produção para outros Estados a partir das restrições ao trânsito de animais, impostas pelo Ministério da Agricultura, e que visavam a minimizar uma possível proliferação do vírus da peste suína africana. Por sua vez, o aumento da quantidade ofertada de frangos, motivada pela elevada relação de preços frango/ração vigente no primeiro trimestre do ano, em muito contribuiu para o declínio das cotações que se verificou a partir de abril. Soma-se ainda, com o início do inverno, a entrada sazonal no mercado de uma maior quantidade de carne de galinha, em razão do maior descarte de poedeiras.

PERSPECTIVAS

O delineamento futuro dos preços e da produção avícola estará, certamente, associado a uma conjuntura

caracterizadamente de aperto no abastecimento interno de carnes. Em primeiro plano, sedimenta-se a perspectiva de prolongamento, nos próximos dois anos, da atual fase de retração na oferta de bovinos para abate, estimulando diretamente o mercado de carnes substitutas. Em função de seu menor ciclo produtivo, espera-se, da avicultura, um expressivo desempenho na atenuação do déficit de proteína animal no mercado. No entanto, a exploração avícola no Brasil encontra-se atualmente comprimida, não só pela crescente pressão dos preços das rações sobre seus custos, como também pela escassez de matérias-primas como o milho.

Até o momento (julho 78), não existem indícios concretos quanto ao desempenho final do setor avícola em 1978. Pode-se, em parte, associar seu nível de produção ao montante e à eficiência na distribuição do milho que será adquirido no mercado externo até o final do ano. Dentro de um contexto em que não ocorram excessivos estrangulamentos no abastecimento de matérias-primas para a formulação de rações, a produção brasileira de carne de frango poderá expandir-se aproximadamente 15% sobre 1977, captando internamente algum benefício da conjuntura altista no mercado de carne bovina e aumentando sua fatia no mercado internacional.

Quanto ao mercado externo, a meta inicial de se exportar em 1978 um total de 67,2 mil t (8% do comércio mundial) foi gradativamente afastada pelo intervalo menos otimista de 50 - 55 mil t, ao reforçarem-se as previsões de uma conjuntura internacional relativamente desfavorável às nossas exportações. Embora os EUA, Japão, CEE e Canadá estejam inseridos num quadro de crescentes importações líquidas de carnes (em especial pelo fraco desempenho da produção de carne bovina nestes países), é esperado um crescimento de 4,8%, em 1978, na produção mundial de carne de aves, com a Comunidade Econômica Européia ampliando seu excedente exportável e, por conseguinte, envidando maiores esforços para a colocação de seu produto (subsidiado) nos mercados compradores. A conseqüente queda nos preços internacionais se confrontará com o crescente custo da produção brasileira, resultando em incômoda posição para o exportador nacional. Assim, será conveniente uma reformulação na atual política de incentivos ao setor, criando condições de, inclusive, ampliar a diversificação das exportações brasileiras de frangos para os mercados da África e da América Latina.

Algodão

OS EFEITOS ESPECULATIVOS DA SECA

A seca que atingiu os Estados do Centro-Sul do país no início deste ano, reduziu a colheita da safra meridional brasileira 77/78 a somente 300 mil t, frustrando as previsões iniciais que a situavam em torno de 400 mil t. Apesar do nível dos estoques à época da colheita (cerca de 150 mil t), os preços do produto eleveram-se em 44% entre nov/77 a mai/78 em resposta às ações especulativas desencadeadas pela quebra de safra.

O produtor, tentando resguardar-se dos prejuízos causados pela seca, limitou sua oferta, forçando a elevação do preço do algodão em caroço, que chegou a ser cotado a Cr$ 130,00/@. Os maquinistas, por sua vez, repassaram ao pluma, o aumento no custo da matéria-prima e os prejuízos causados por uma maior capacidade ociosa de suas máquinas, motivada pela reduzida oferta do mercado. Nesta época, algumas indústrias têxteis, temendo que a oferta global não fosse suficiente, adiantaram-se na compra do pluma, objetivando assegurar-se contra uma possível escassez, através da formação de estoques. Na verdade, a oferta brasileira deste ano — 640 mil t — (incluíndo os estoques remanescentes,e a safra meridional) é mais que suficiente para satisfazer a demanda industrial — cerca de 420 mil t. A quebra de safra, na verdade, provocou uma escassez temporária, para qual outros fatores como a elevação do subsídio à exportação de 20 para 28%, e prorrogação do prazo de liquidação dos EGF da safra passada, também contribuíram de forma marginal.

TENDÊNCIA DOS PREÇOS ATÉ O PLANTIO 78/79

Em relação ao plantio da safra meridional 78/79, o comportamento dos preços até meados de setembro — quando se inicia a semeadura — apesar de não explicar completamente as possíveis variações da área, desempenha papel ponderável sobre a formação das intenções de plantio.

A partir de meados de julho, as indústrias têxteis iniciaram a recomposição de seus estoques. Adicionalmente, a reintrodução do subsídio à exportação do pluma — na verdade, o governo não confirmou a sua suspensão — e a escassez de tipos finos resultante da seca do início do ano, deverão provocar um ligeiro aumento nos preços. Entretanto, estima-se em 100 mil t o excedente do produto até a entrada da safra setentrional, o que deverá minimizar os efeitos daqueles fatores de aquecimento da demanda sobre o nível de preços.

Tradicionalmente, a entrada da safra setentrional, coincidindo com o início do plantio na região meridional, tem o efeito de desaquecer os preços num período crucial para a formação das intenções de plantio nos Estados do Sul. Esse ano, no entanto, a recente divulgação do novo preço mínimo para o pluma nordestino, elevado em 29,4%, deverá anular esse efeito.

Estimando-se que o preço interno eleve-se ao nível de Cr$ 390,00/@ — que corresponde, em algodão em caroço, a Cr$ 130,00/@ — o produtor poderia, no máximo, elevar um pouco a área plantada para 78/79. No ano passado, quando o preço se situou em Cr$ 105,00/@ — a preços de jun/78 — os cotonicultores reduziram a área plantada por considerarem este preço não remunerador.

PREÇO MÍNIMO: VARIÁVEL RELEVANTE

Entretanto, não é só o preço de mercado o único fator a influenciar a decisão de plantio do produtor. De 76/77 para 77/78, a área plantada com a malvácea na região meridional retraiu-se em cerca de 10%

em conseqüência, basicamente, da queda dos preços internos, cuja perda real foi de 43%. Entretanto, a ação do governo impediu uma retração mais acentuada na área plantada ao aumentar os preços mínimos do algodão em 28,5%. Por esta via, elevou a disponibilidade de crédito de custeio e de EGF para a cultura, diminuindo o desestímulo ao produtor.

Para este ano, com o possível aumento da taxa de juros de empréstimo para custeio, atualmente em torno de 15% a.a. , espera-se que o governo conceda preços mínimos mais generosos. Um aumento de 32% a 37% pode ser considerado razoável, pois contribuiria para, ao menos, sustentar a atual gravosidade da exportação da pluma (por volta de 36%). Acrescente-se a isso, o fato de que a indústria têxtil, já esperando um nível de aumento nesta faixa, provavelmente não tomaria qualquer atitude adversa, que viesse a prejudicar o escoamento do produto. Entretanto, a ser efetivado este incremento, o produtor estaria, em termos reais, recebendo praticamente o mesmo preço pela arroba de algodão que colocasse em EGF, bem como um igual montante de financiamento de custeio em relação ao ano passado. Portanto, se é de interesse do governo estimular o plantio e a produtividade da cultura de algodão, tanto a expectativa de manutenção da atual gravosidade, como a dos industriais serão frustradas por um possível aumento do preço mínimo, superior a 38%.

FATORES CONDICIONANTES À EXPANSÃO DE ÁREA

A partir de 1972, a cultura de soja no Brasil tem concorrido, com vantagem, nas áreas de produção de algodão, principalmente no Sul do país. Ainda que em termos de preços de mercado a soja desfrute atualmente de uma posição mais competitiva — tendência que deverá persistir até meados de setembro — existe um fator extremamente limitante à substituição — a especificidade tecnológica. A maioria dos produtores de algodão não é, também, sojicultor. Como a produção de soja é intensiva em capital e o aluguel ou custo de aquisição de uma máquina colhedeira para a soja, ainda que subsidiado, é bastante elevado, a possibilidade de substituição fica muito restrita.

Também em relação ao milho que, em algumas regiões, concorre em área com o algodão, parece improvável, no entanto, ocorrer substituição, em decorrência dos elevados preços atualmente praticados. Se, por um lado, as importações brasileiras do cereal, praticadas em 1978, deverão entrar em mercado inclusive à época do plantio, por outro, os elevados preços praticados no decorrer do ano, devem ter o efeito de anular os desestímulos ao produtor oriundos em uma possível redução de preços à época do plantio.

Na disponibilidade de insumos e fatores de produção, não se vislumbram problemas que possam vir a se tornar empecilho ao plantio de algodão. O mercado de fertilizantes depara, hoje, com um estoque expressivo do produto. A quantidade de sementes selecionadas parece ser suficiente para abastecer o mercado, cabendo registrar a boa disponibilidade da nova variedade IAC-17, que propicia rendimento

30% superior a IAC-13.

A mão-de-obra para a colheita, componente de maior peso no custo de produção, não deve constituir problema. A remuneração do catador vem se mantendo constante há duas safras, apesar da escassez que ocorre no último mês de colheita do produto, resultado do deslocamento da mão-de-obra para a lavoura do café.

O quadro descrito sugere, portanto, que a área plantada do algodão meridional para 78/79 permanecerá estável ou se elevará pouco, sem alcançar, porém, os níveis de 76/77 (775 mil ha).

TENDÊNCIA DOS PREÇOS INTERNACIONAIS

Ainda que a participação das exportações de algodão em pluma no total produzido pelo país venha se reduzindo sensivelmente no período 73-77 — a receita cambial do produto caiu de US$ 315 milhões para US$ 41 milhões (dólares de 77) —, a colocação do produto no mercado internacional é também variável relevante para a decisão de plantio do produtor. Faz-se necessário, portanto, analisar a tendência dos preços internacionais em contraposição aos preços internos e observar até que ponto a gravosidade seria empecilho ao escoamento internacional do pluma brasileiro.

São vários os fatores que levam a prognosticar tendência estável nos preços internacionais até o início do plantio meridional brasileiro. Com respeito ao suprimento mundial, o ano safra 77/78 iniciou-se com os estoques situando-se nos níveis mais baixos dos últimos 14 anos - 19,6 milhões de fardos. Tal fato contribuiu para que os preços internacionais alcançassem níveis elevados antes do plantio do Hemisfério Norte (abr/mai). Entretanto, a demanda mundial tem-se mostrado insuficiente para absorver o total produzido em 77/78 - 65,2 milhões de fardos - em decorrência da lenta recuperação econômica mundial e da competição com as fibras sintéticas, que hoje se apresenta mais acirrada devido à cartelização das indústrias japonesas e européias no intuito de eliminar a capacidade ociosa existente em suas fábricas. Em virtude disso, os preços começaram a apresentar contínua queda, levando a uma expectativa generalizada de redução na produção mundial, estimada pelo USDA em cerca de 4% para 78/79.

Devido à queda dos preços internacionais da fibrosa, mormente dos tipos norte-americanos, era de se esperar que as exportações se revigorassem. No entanto, a incerteza quanto ao novo plantio do Hemisfério Norte (principalmente dos EUA e URSS) levou os maiores consumidores mundiais de algodão (Europa e Japão) a se acautelarem formando estoques do produto. Paralelamente, a divulgação do último prognóstico do plantio norte-americano, baseado nas indicações de primeiro de junho, frustrou as expectativas de elevação dos preços internacionais, pois se situou acima do esperado. A área plantada para a qual se esperava uma redução de 10%, se revelou apenas 3% inferior à área semeada em 77. Adicione-se, também, o fato de que o excedente mundial de 4 milhões de fardos deve elevar o *carry over* em primeiro de agosto (data da abertura da safra 78/79) para cerca de 23 milhões de fardos, nível considerado suficiente para neutralizar qualquer pressão altista sobre os preços. Estes fatores bastaram para

deprimir as cotações em meados de junho, para entrega no período correspondente ao início do plantio meridional brasileiro.

Se, no entanto, o preço em setembro no mercado futuro para o primeiro mês de entrega (out/78), alcançar 62¢/lb e o preço interno permanecer em torno de Cr$ 390,00/@, como anteriormente estimado, a gravosidade poderá se reduzir de 36% para 28%. Neste período — julho a setembro — o algodão brasileiro deverá desfrutar de boa procura, não só por atravessar o Hemisfério Norte o período de entressafra, mas também pelo atual subsídio concedido à exportação do produto brasileiro (28%), eliminando o hiato atual entre os preços internos e internacionais (a menos do subsídio).

A partir de setembro, com a entrada da safra do Hemisfério Norte e a perspectiva de lenta recuperação da demanda industrial pela matéria-prima, será contida qualquer nova tendência de elevação dos preços. Desta forma, ao longo do atual ano agrícola, o produtor brasileiro poderá desfrutar de uma situação de mercado internacional semelhante à prevista até o início do plantio 78/79. Assim, a exportação de algodão não deverá ultrapassar 50 mil t, até o final da safra 78/79. O ***carry-over*** (170 mil t) será, por outro lado, um fator que propiciará a estabilidade interna de preços, como já discutido anteriormente.

O COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL

Resta discutir como será o desempenho da indústria têxtil e da indústria de subprodutos do algodão face ao comportamento do mercado algodoeiro. A indústria têxtil, a partir do segundo semestre de 77, vem enfrentando uma série de graves problemas. Além do estreito poder aquisitivo da população, o inverno do ano passado não acusou baixas temperaturas, favorecendo uma elevação dos estoques de roupas, principalmente de artigos de malha de algodão. Já no início deste ano, temendo uma possível situação de escassez da matéria-prima decorrente da seca, alguns industriais se anteciparam na compra do produto. Adicionalmente, o financiamento concedido pelo governo no início do ano às indústrias têxteis para a aquisição de matéria-prima, foi oferecido a juros maiores do que o esperado, e o prazo, reduzido de três meses para um mês e meio. Estes fatos resultaram na elevação do custo operacional das indústrias têxteis, motivando o pedido de ***draw-back*** de algodão. Entretanto, tendo em vista o excedente de pluma existente no mercado interno, não caberia atender a reivindicação dos industriais e tampouco retirar o subsídio à exportação do produto nacional, como forma de substituição ao pedido de ***draw-back***.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo setor, o comportamento das exportações nos primeiros meses de 1978 mostrou-se auspicioso. De janeiro a abril, foi obtido um incremento de cerca de 64,8% na quantidade exportada de roupas de cama, mesa e banho; 16% em tecidos de algodão; 20,9% em vestuário de tecidos, e 32,1% em fios de algodão. O item tecidos e artigos de malharia e ponto de meia teve desempenho negativo (-26,4% em quantidade e -24,4% em valor) apesar de ser o setor industrial que mais recebe incentivo e subsídios à exportação.

Entretanto, a ***performance*** apresentada pelos principais itens que compõem a pauta de exportações de têxteis, não deverá persistir durante o segundo semestre desse ano. O protecionismo praticado por nossos principais compradores de têxteis parece tornar-se cada dia mais acentuado. Recentemente, alguns membros da CEE solicitaram a prorrogação do Acordo Multifibras, renovado por 5 anos no final de 1977, para mais 5 anos. Os EUA ameaçam impor taxas compensatórias a partir de jan/79, caso a apuração do inquérito sobre a violação da lei de compensação fiscal seja comprovada. O Brasil, um dos países indiciados, corre sérios riscos de ver seus produtos têxteis sobretaxados, por conceder incentivos e subsídios à exportação.

Internamente, o desempenho da indústria têxtil nacional parece mais promissor este ano, no que se refere à comercialização. Assim, o ramo de fios de algodão tem obtido níveis crescentes de faturamento, já que as baixas temperaturas registradas nos últimos dois meses facilitaram o escoamento de parte do estoque remanescente de roupas de inverno. No entanto, a crise de liquidez que atualmente atravessa o setor industrial, aliada à queda no poder aquisitivo da população, tem levado o setor a operar com capacidade ociosa, principalmente as empresas médias e pequenas. Assim, parece que a ***performance*** do setor apresentará este ano leve recuperação em relação ao ano passado, possibilitando às indústrias têxteis adquirirem o algodão acima de suas necessidades imediatas, mas não o suficiente para proporcionar um dinamismo maior no comércio da matéria-prima.

A INDÚSTRIA DE SUBPRODUTOS DE ALGODÃO

Quanto às indústrias de óleo e farelo de algodão, sua importância está mais associada ao produtor nordestino, haja vista que o consumo de seu principal produto (óleo de cozinha) é maior no Nordeste, que na região meridional do país, onde o óleo de soja absorveu, nos últimos anos, parte substancial do mercado de óleo de algodão. Entretanto, a quantidade de caroço produzido na região é inferior à capacidade de esmagamento das indústrias locais, impossibilitando-as, portanto, de processar o volume potencial de suas plantas, sem recorrer ao produto do Sul do país. O baixo rendimento da cultura nordestina não propicia acréscimos expressivos na quantidade produzida, o que garante às indústrias de óleo do Sul o alargamento de seu mercado. Isto efetivamente ocorre na medida em que o excedente da demanda nordestina por óleo ou margarina é atendido via importação de óleo bruto ou mesmo refinado do Sul do país, contribuindo, ainda que marginalmente, para cristalizar o atual estado de estagnação da cotonicultura nordestina.

Quanto ao plantio setentrional que ocorrerá somente em meados de abril, qualquer previsão, atualmente, reveste-se de caráter prematuro. No entanto, o imobilismo que caracteriza as culturas permanentes, aliado ao pequeno número de culturas substitutas no plantio, faz com que as condições de mercado normalmente se reflitam apenas sobre o volume dos investimentos para custeio e não em significativas variações de área.

A ÁREA PLANTADA PODERÁ APRESENTAR LEVE AUMENTO

Feitas as considerações necessárias, parece provável que a área plantada com algodão no Sul do país para 78/79, permanecerá estável ou, no máximo, apresentará leve expansão, salvo acontecimentos extemporâneos. Em decorrência, a produção brasileira deverá ultrapassar as 490 mil t (de pluma) alcançadas neste ano, a despeito da tendência de queda de rendimento da produção setentrional que, por mais algum tempo, ainda persistirá.

Soja

ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NUM ANO ATÍPICO

O ano de 1978 será marcante na história da sojicultura brasileira. Pela primeira vez, desde que iniciou sua escalada até alcançar a segunda colocação entre os produtores mundiais da leguminosa, o Brasil não apresentou incremento em sua oferta ao mercado internacional. As preocupações governamentais com o impacto derivado deste recuo, que afetou negativamente o produto responsável pelo ingresso líquido de US$ 2 bilhões em 1977, manifestaram-se através da pronta intervenção sobre a comercialização do complexo soja.

As principais decisões governamentais, ao longo dos últimos meses, vêm refletindo os informes sobre a redução da safra e inserindo-se numa política global de preservação do poder de compra do consumidor interno. A evolução da atuação estatal ocorreu como se segue:

— em 19/1/78: reabrem-se os registros de exportação, até 50.000 t de farelo e 15.000 t de óleo, da safra de 1977. Iniciava-se a colheita e confirmavam-se os prognósticos de baixa produtividade;

— em 28/2: os maus resultados obtidos nas primeiras lavouras colhidas já desenhavam o contorno de uma vultosa frustração. Para impedir a ampliação da ociosidade do parque de moagem foram autorizadas as importações de grãos. Favorecidas pela eliminação da exigência do depósito prévio, as compras no exterior atingiram o total de 86 mil t, as quais, agregadas ao estoque remanescente de 1977, representam um aporte de 580 mil t à oferta de grãos deste ano;

— em 3/3: a necessidade de assegurar o abastecimento doméstico, diante da certeza de menor disponibilidade de grãos levou ao fechamento dos registros de exportação de óleo de soja, da safra de 1978;

— em 8/3: passam a ser submetidos à consulta prévia à CACEX, por 48 horas, os registros de exporta-

ção de grãos e de farelo de soja;

- em 17/3: são proibidas as exportações de grãos e de farelo de soja, com preço em aberto. Até então, admitia-se que cada exportador registrasse vendas com preço a fixar equivalentes a até 30% de suas vendas totais ao exterior, em 1977;
- em 20/3: em decorrência da pressão das indústrias, concede-se um aumento de 28%, elevando o preço do varejo da lata de 900 ml de óleo de soja para Cr$ 16,50. Pela primeira vez é estabelecido um limite para o preço, nas vendas por atacado, do óleo bruto: Cr$ 9.200,00/t, incluindo o ICM. Tal medida, devido à escassez de grãos, deslocou a competição pelas matérias-primas (agora o óleo bruto) ao interior do setor industrial, tornando-se controversa, em razão da crença generalizada do mercado, na artificialidade do preço fixado. O farelo prossegue tabelado em Cr$ 2.500,00/t;
- em 28/3: fixado o teto de 1 milhão de t para as exportações de soja em grãos. Para cada exportador, isto equivaleria a 40% de suas exportações no ano anterior. A CACEX baseia seus cálculos numa disponibilidade interna entre 9,2 e 9,8 milhões de t, o que destinaria à moagem doméstica 7,5 milhões de t. Anunciou-se, então, que as exportações do farelo também teriam uma quota, posteriormente fixada em 4 milhões de t;
- em 11/4: são fixados os novos limites para o volume total exportável de grãos (800 mil t) e de farelo (3,8 milhões de t);
- em 4/5: é elevado o preço de fábrica do quilo de farelo de soja, de Cr$ 2,50 para Cr$ 3,20;
- em 28/6: isentou-se do Imposto de Importação o óleo bruto de soja, até 30/1/79, com o intuito de favorecer operações de exportação, derivadas da tancagem insuficiente para o recebimento da produção total, que serão compensadas por importações posteriores do produto.

Plenamente integrada aos movimentos do comércio internacional da soja, a produção brasileira transformou-se em fundamento para as oscilações da cotação do complexo nas bolsas mundiais de matérias-primas. Promovia as flutuações e refletia seus efeitos pois, fazendo com que se acelerasse o compasso das exportações e do esmagamento norte-americanos, colocava os preços em patamares não cogitados há alguns meses.

A RESPOSTA DO MERCADO INTERNACIONAL

Como se justifica o comportamento atual do mercado internacional que parece não espelhar a realidade, constituída pela grande oferta mundial de oleaginosas?

Ora, em 1978, as notícias sobre a diminuição da produção brasileira aliaram-se a uma ativa demanda internacional, provocando excitação no mercado que se amparava também nas observações de que as estatísticas divulgadas pelo USDA com relação à posição do estoque remanescente norte-americano subestima-

vam a pressão da demanda. Os estoques finais dos EUA foram gradualmente reavaliados, para baixo. A posição dos estoques de grãos, em 1º/9 foi repetidamente reduzida. Em março, era estimada em 5,85 milhões de t, que evoluíram para 3,40 milhões, no início de julho. Do mesmo modo, o ***carry over*** do farelo caiu de 410 mil t, para 268 mil e os de óleo, de 408,6 mil t, para 340,2 mil t. Contudo, mesmo os números reavaliados permanecem bem superiores aos oficialmente admitidos ao término da estação anterior, o que sugere serem as cotações praticadas há alguns meses (a média das cotações da atual estação, segundo o USDA, será de US$ 213,10/t, para os grãos, US$ 167/st, para o farelo e US$ 0,25/libra, para o óleo) um reflexo infiel da real situação do mercado, resultantes, em maior grau, de preocupações infundadas em torno da solidez da oferta.

Atualmente, configura-se uma pausa, após um recuo nas cotações da leguminosa na Bolsa de Chicago, sobre a qual parece ter influência decisiva a corrida ao plantio iniciada nos EUA em fins de maio, compensando em poucas semanas o atraso relativo a que se viram obrigados os agricultores norte-americanos em razão da excessiva umidade do solo.

POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DO MERCADO MUNDIAL DE OLEAGINOSAS

A aceleração da semeadura nos EUA não só compensou o tempo perdido, como promoveu a ultrapassagem das cifras prognosticadas pelo USDA. Sua estimativa, de 25,78 milhões de ha foi corrigida em 1º de junho, para 26,02 milhões de ha, pois o avançar do tempo incompatibilizou o calendário ideal do plantio do milho, com o período possível ora adotado. Embora ainda se esteja avaliando a extensão da substituição da gramínea pela leguminosa (já esperada antes dos problemas climáticos, por pender para a soja a relação de preços vigentes), dependendo de sua magnitude, as supostas perdas na produtividade causadas pelo plantio postecipado — dificilmente os 1.990 hg/ha de 77 se repetirão — poderão ser equilibradas pela progressão da soja em terras do milho, cujo plantio será, este ano, 5% inferior ao do ano passado.

A tendência do mercado internacional encontrará apoio, a partir de agora, no desenrolar do plantio norte-americano. Ampliam-se nos EUA, as divergências em relação à extensão das plantações de soja. A *American Soybean Association* reavaliou sua estimativa, de 25,66 milhões de ha, para 24,85 milhões de ha, enquanto o USDA, como mencionado, modificou seu cálculo do incremento, de 7,8% para 9%. Outros fatores influenciarão marcantemente os próximos meses, até o início do preparo do solo para a futura safra brasileira. Entre eles:

— o eventual esvaziamento dos movimentos especulativos que caracterizam os mercados de ***commodities*** a partir da debilidade do dólar norte-americano, poderá neutralizar as pressões altistas sobre as cotações da soja e, possivelmente, pela carência de sustentação, propiciar uma fase baixista;

— o esmagamento brasileiro moveu-se a taxas surpreendentemente altas (1,65 milhão de t, em março/abril). A necessidade de uma disponibilidade de 9,9 milhões de t para a manutenção dessa taxa suge-

re que: a) a safra brasileira não pode ter sido subestimada; b) novas importações de grãos serão requisitadas pelas indústrias, caso sejam confirmados os baixos números atribuídos à atual safra,

- a superestimação do rebanho suíno nos EUA, ocorrida em 1977 e posteriormente corrigida, poderá provocar um consumo de rações menor do que o esperado, naquele país;
- os produtores asiáticos de óleos de palma e de coco buscarão colocar, ao longo do ano, nos mercados da Europa Ocidental, o incremento de 160 mil t em suas produções, o que aumentará a competição com o óleo de soja. A redução da oferta mundial do óleo de amendoim encontrará compensação no aumento da oferta dos óleos de girassol e de algodão;
- a primavera precocemente iniciada no território soviético estabeleceu perspectivas favoráveis para a colheita de grãos, que deverá revelar números positivos para o auto-abastecimento da URSS;
- os rendimentos logrados pela colheita argentina levaram a uma safra volumosa de soja, superior a 2,2 milhões de t e incentivarão a ampliação na área plantada com a leguminosa.

NO BRASIL, O REINÍCIO DO JOGO

Como se comportarão os agricultores brasileiros diante da perspectiva de preços que prometem, no máximo, níveis semelhantes aos atuais, nos próximos meses?

Ao insucesso do trigo em 1977 seguiu-se o da soja, ambas as culturas prejudicadas pelas condições climáticas adversas. Parece lícito supor-se que a postura do setor produtivo agrícola perante a sojicultura não será a mesma costumeiramente adotada para o trigo, pois a conhecida dificuldade em se produzir o cereal no Brasil não encontra paralelo na produção da soja. A quebra assistida atonitamente nesta safra é evento automaticamente descartado das projeções para o futuro próximo.

As primeiras avaliações concernentes ao desempenho próximo dos sojais brasileiros referem-se, inelutavelmente, ao aumento em sua extensão, reencenando o quadro das estações anteriores.

O retorno das plantas ao solo não se fará, no entanto, sem o embate de diversos fatores, de cuja superação ele dependerá. A fixação dos preços mínimos que vigorarão para a próxima safra estabelecerá o primeiro marco do novo ano para a soja.

Nesta ocasião, serão defrontados os dois lados formadores da bifacialidade do instrumento denominado preço mínimo de garantia. Por um lado, salvaguarda contra as incertezas do mercado; por outro, base de cálculo para os financiamentos de custeio. Sua primeira face, ao referir-se à soja, descaracteriza-se, torna-se inócua, por não ser, de fato, calculado com este fim (como bem o demonstrou o pequeno acréscimo efetuado há um ano, de 16,5%). A outra converte-se em obstáculo, por sua incompatibilização intrínseca. Calculado propositadamente baixo, com o intuito de não beneficiar ainda mais a expansão de

um produto privilegiado, em razão das receitas provenientes do exterior e de limitar a injeção de recursos no setor, o preço mínimo de dupla função onera o produtor ao representar a colocação de maior volume de recursos próprios no início da safra.

A distribuição do custo de produção por hectare, apresentará, este ano, substancial acréscimo em relação ao anterior. Possivelmente, os cálculos efetuados pelas cooperativas de produtores não incorporarão aos custos elaborados, há um ano, acréscimo inferior a 25%. Isto resultaria numa avaliação do preço para a saca de 60 kg pelo menos 90% superior ao preço mínimo estabelecido na safra 77/78.

Mesmo se considerando a plausibilidade de ligeira redução no ímpeto da expansão da área cultivada com soja, um acréscimo suposto entre 5 a 10% a nível nacional representará a adição de uma área entre 400 mil e 800 mil ha ao cultivo da leguminosa. O percentual admitido nas regiões produtoras como possuidor de maior grau de fidelidade às intenções de plantio dos agricultores, gira em torno do limite inferior acima mencionado. A participação relativa dos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná na produção brasileira de soja decresceu de 84% na safra 76/77, para 80% na safra 77/78 pela força dos danos infligidos pela estiagem. Em condições normais os dois maiores produtores nacionais reconquistarão a participação anterior. O atendimento às exigências que, ao início da semeadura, deverão surgir quanto à disponibilidade de sementes, vem sendo antecipadamente visto com preocupação.

Tradicionalmente, o papel de fornecedor de sementes a outras regiões cabe ao Rio Grande do Sul. A oportuna e necessária reabertura de inscrição de novos campos produtores de sementes, naquele Estado, promoveu um acréscimo de 30% sobre a área inicialmente inscrita. Calcula-se que a rejeição sobre o total desta área atingirá 30%, restando um contingente apto à produção de sementes de 825 mil hectares (aproximadamente 20% da área total plantada). Dela será retirado um volume superior a 10 milhões de sacos de 60 kg de sementes. No entanto, a quebra durante a classificação e análise é esperada ao redor de 40% (bem acima do normal) deixando aproveitáveis cerca de 7,3 milhões de sacos (439 mil t). Supondo-se um aumento no consumo da ordem de 10 a 15% em relação ao montante de sementes fiscalizadas no Estado em 1977, ocorrerá um excedente de 2,1 milhões de sacos (126 mil t), superior em 75% à exportação rio-grandense de sementes de soja para a safra de 1977, quando a produção gaúcha fiscalizada deste insumo alcançou 5,8 milhões de sacos. Observe-se que a participação na semeadura gaúcha de sementes próprias não fiscalizadas abrange 17% da quantidade utilizada.

A situação do Paraná é radicalmente diferente. A entrada registrada de sementes até o início do mês de junho somou 4,2 milhões de sacos, 67% do que se espera venha a ser a disponibilidade paranaense, de 6,2 milhões de sacos de 50 kg. A má qualidade dos grãos impedirá tal resultado a ser suficiente sequer à repetição do plantio verificado em 1977. Supõe-se que a impropriedade à utilização descartará 50% da disponibilidade estadual de sementes fiscalizadas. Restariam entre 3,1 e 3,2 milhões de sacas de 50 kg, insuficientes para propiciarem a cobertura dos 2,5 milhões de hectares cultivados no ano passado, que requereram o emprego de 5,4 milhões de sacos. A deficiência paranaense será compensada por aquisições ao Rio Grande do Sul, reduzindo o excedente gaúcho em 1,3 milhões de sacas, para o nível de

800 mil sacas de 60 kg que servirão ao atendimento de outras regiões. Para os pedidos do Paraná estimam-se preços onerosos ao redor de Cr$ 5,50 a Cr$ 6,50/kg (posto RS).

Ao plantio paranaense problemas de ordem qualitativa também se farão presentes, pois o Estado utiliza variedades precoces. Todos os anos a procura por suas sementes supera a oferta, mas o futuro plantio defrontar-se-á com uma disponibilidade ainda mais reduzida, fator de opção compulsória por variedades de ciclos diversos. No Paraná, apenas 12% do total de sementes são de propriedade dos próprios plantadores.

Importante obstáculo à marcha da soja será, por conseguinte, a quantidade de grãos qualificados como sementes. No entanto, os bons preços obtidos pelo insumo determinaram, há meses, a reserva de grandes extensões de terras à sua produção e, a vigorarem por ocasião da próxima semeadura, preços ainda mais elevados, sua escassez poderá terminar num futuro próximo.

Os números inicialmente estimados para o total da colheita brasileira deste ano são merecedores de consideração entre os mais prováveis resultados da colheita de 1979. A superação das 14 milhões de t não é possibilidade distanciada das mais serenas cogitações, de vez que bastará a recuperação do rendimento médio das safras anteriores (um clima favorável poderá até superá-lo) para que o incremento na área cultivada a propicie.

Poderá, no entanto, a demanda internacional por farelos e óleos admitir a ininterrupta expansão da soja, não apenas no território brasileiro, mas igualmente em outros países sul-americanos e nos EUA?

O governo norte-americano vê-se pressionado pelos produtores, exportadores e industriais quando da fixação de novas *loan rates* para a soja, justamente porque a ninguém interessa a entrada de novos participantes no mercado, que a elevação daquele índice favoreceria.

O Brasil contará, ainda por algum tempo com a boa rentabilidade oferecida pela leguminosa. Mas por quanto tempo? Talvez a reposição dos rebanhos bovinos e suínos, a nível mundial, constitua um reforço para o mercado, nos próximos anos, mas valerá correr o risco?

Pecuária

INTRODUÇAO

A produção leiteira e de carne bovina enfrentam no Brasil graves problemas estruturais que dificultam um eficiente abastecimento à população. Tecnologicamente atrasada de modo geral, a pecuária não deixa, contudo, de apresentar alguns poucos segmentos até sofisticados em seu bojo. Os índices médios indicativos da ***performance*** do rebanho, por outro lado, estão abaixo do razoável e projeções de médio e

longo prazo da oferta interna de carne prevêem elevado crescimento da relação consumo/produção, mantidos os índices zootécnicos de hoje. Em relação à carne, o problema maior decorre do caráter cíclico da exploração que acarreta déficits conjunturais acentuados. Por sua vez, a oferta interna de leite acumula crescentes déficits anuais, ao contrário da tendência mundial, cujos níveis de produção há algum tempo superam sensivelmente o volume demandado.

No entanto, os entraves acima descritos sumariamente, decorrentes da estrutura produtiva deteriorada, não constituem mal isolado. Ambos os produtos que, por seu elevado valor proteínico, deveriam constar da dieta básica de toda a população, têm seus planos de expansão da produção ponderados pela situação conjuntural do mercado internacional, e principalmente pelo objetivo maior da política econômica — o controle de preços no curto prazo. Este último objetivo obstaculiza igualmente a concretização da perspectiva possível de auto-suficiência de ambos os produtos. Por sua vez, a situação do mercado internacional da carne e do leite é inteiramente diversa. O elevado volume de leite em pó atualmente estocado em diversos países contrapõe-se à ascensão dos preços da carne no período atual. Como o mercado externo tem sido usado para complemento de nossa produção nesses e noutros produtos, enquanto oferecer preços compatíveis ao objetivo interno — contenção inflacionária — será descartada pelas autoridades responsáveis qualquer outra forma de garantia do abastecimento.

PRODUÇÃO DE CARNE

A produção de carne bovina tem uma natureza cíclica e cada ciclo se completa em aproximadamente sete anos. No entanto, o maior ou menor oportunismo com que se verifica a necessária interferência governamental no setor, influencia a duração do ciclo, assim como sua amplitude vertical, isto é, a diferença entre as cotações extremas alcançadas pela arroba do boi no período considerado.

Este caráter cíclico possibilita que as previsões relativas ao comportamento futuro do mercado desfrute de maior grau de confiabilidade. Porém, informações como o número de matrizes abatidas no período de liquidação do rebanho, que conferem àquelas previsões maior segurança são, infelizmente, insuficientes. O ano de 1977 marcou o fim do ciclo pecuário iniciado em 1969. Assistiu-se, ano passado, a inversão da tendência dos preços, até então em baixa. O rebanho passava por uma fase de liquidação, caracterizada pelo abate de matrizes acima da taxa normal de reposição de fêmeas. Estamos hoje numa situação inversa, na qual ocorre uma redução nos abates, devido à expectativa de preços altos. A oferta de bois para abate é reduzida e a reposição de boi magro é feita com dificuldade, a preços 100% mais elevados que os praticados um ano atrás. Todos esses fatores, gerando uma expectativa de alta nos preços, realimentam a tendência do mercado.

Alguns aspectos relativos à natureza e à própria existência de informações estatísticas, merecem registro. Apenas uma parcela dos matadouros brasileiros está submetida ao regime de inspeção federal. Estes estabelecimentos divulgam periodicamente informações sobre o nível de seus abates. Entretanto, estatísticas relativas aos matadouros não inspecionados, não são coletadas, tornando a participação do abate

de fêmeas no total de animais sacrificados, impossível de ser determinada. Esta deficiência de informações merece destaque, pois aquela proporção é imprescindível à estimativa da extensão do ciclo.

Projetando-se os dados censitários à taxa da tendência histórica de crescimento, o rebanho bovino brasileiro em 1978 atingiria cerca de 108-110 milhões de cabeças. No entanto, este resultado superestima o plantel em pelo menos 10 milhões de cabeças, por não considerar o caráter cíclico da pecuária. Esta diferença ocasionará uma redução da oferta de carnes para este ano, relativamente a 1977, da ordem de pelo menos 300 mil t, resultante, em grande parte, da mudança de atitude do produtor frente à decisão de abater ou reter suas matrizes.

Uma vez caracterizada a forma cíclica da produção, a formação de estoques reguladores que assegurem o abastecimento nos períodos de retenção surge como possível solução, implementável a curto prazo. A COBAL, a quem foi atribuída essa missão, tem, no entanto, que compatibilizá-la a outro objetivo maior, o controle dos índices inflacionários. Em conseqüência, seu estoque regulador perdeu este caráter e passou a ser utilizado como instrumento minimizador da elevação dos índices de preços, mesmo em períodos em que as cotações da carne encontram-se próximas a seu limite inferior, como ocorreu no ano passado. Nestes períodos, o estoque é constituído em grande parte pelo abate de fêmeas, cuja cotação para corte é inferior a de bois, compatível portanto com o objetivo de desaquecimento dos preços.

Neste ponto, uma dúvida persiste. Se o estoque regulador foi anteriormente utilizado visando impedir um maior crescimento dos índices de preços, como será possível assegurar abastecimento, a preços módicos, num período de retenção de bovinos como o que hoje atravessamos, quando a fêmea tende a ser negociada apenas como ventre?

O problema vem sendo contornado através da execução de um acordo tácito entre a COBAL e os frigoríficos. A composição de uma série de fatores, catalizados pela dívida que aquelas empresas ainda mantêm junto à COBAL, permitiu-lhes formar um preço médio para suas vendas, capaz, ao mesmo tempo, de remunerar a atividade empresarial e permitir a recomposição do estoque oficial, embora a nível ainda bastante inferior ao desejado. Entre aqueles fatores, destacam-se o abate de matrizes para reposição, a maior eficiência no aproveitamento de subprodutos, o preço de comercialização livre nos açougues e a liberação da importação de carne.

Assim, o abastecimento este ano estará seriamente comprometido, pois, além do fator cíclico que já delineava uma situação de escassez crescente, as anomalias climáticas — secas e geadas — que atingiram as pastagens sobretudo nos Estados sulinos, contribuíram para acentuar ainda mais a previsível redução da produção. Os problemas de abastecimento provavelmente se farão sentir com mais intensidade durante o período de entressafra, pois as intempéries climáticas causaram maiores danos nas regiões que tradicionalmente ofertam bois gordos na entressafra. Os pecuaristas dessas regiões optaram por antecipar a oferta de bovinos, frente à impossibilidade de manter o peso dos animais sem dispor de pastos de boa qualidade. De qualquer forma, deve-se ter claro que os problemas climáticos tiveram apenas o efeito de agravar

uma situação de escassez, perfeitamente previsível, e dificilmente contornável.

A PRODUÇÃO DE LEITE

A estagnação tecnológica do setor pecuário produtor de leite no Brasil está espelhada pela acentuada diferença entre os volumes produzidos nos períodos de safra e de entressafra.

A baixa ***performance*** de animais usados para produzir leite, geralmente de raça não especializada para esta função, sua alimentação inadequada — resultante da acentuada queda de produção de pastagens no inverno e da não complementação com alimentação de entressafra —, os problemas oriundos da estrutura deficiente de comercialização, que contribui para o distanciamento entre o volume de produção potencial e o efetivamente produzido, são fatores que resultam em uma produção de safra acima mesmo do nível de consumo normal, contrapondo-se à situação de crônica escassez, característica do período de entressafra.

Inversamente, a nível mundial, a produção leiteira tem-se expandido a taxas significativas, o volume produzido ultrapassando a quantidade consumida anualmente. Segundo o USDA, a produção dos 37 maiores produtores mundiais deverá se elevar em 1,7% em 1978, enquanto o consumo deverá permanecer constante nesses mesmos países. Entre nós, no entanto, a produção e o consumo caminham juntos, e como a quantidade demandada é elevada, pequenas variações percentuais de produção acarretam violentas crises de abastecimento que, invariavelmente, atingem o fornecimento do leite ***in natura*** pois seus derivados não estão sujeitos ao tradicional sistema de controle de preços.

Um programa governamental que objetivasse a expansão da produção através do desenvolvimento tecnológico do setor rural leiteiro é, na verdade, a solução óbvia para os graves e sistemáticos problemas de abastecimento. O volume de recursos necessários para a implantação de tal programa, além do longo prazo de maturação dos investimentos, constituem encargos suportáveis, apenas, pelo governo. Certamente, é uma solução que contempla antes a estrutura que a conjuntura.

Alternativamente, um plano de estocagem dos excedentes do período de safra sob a forma de leite em pó para posterior reidratação, pode pelo menos atenuar os problemas de escassez na entressafra. Deve-se ter claro, no entanto, que esta alternativa constitui um paliativo cujos resultados a longo prazo se revelam insatisfatórios, pois o plano não promove, por si só, o aumento da produção. Tendo em vista o estado de concentração da estrutura industrial, seus efeitos podem se revelar desastrosos do ponto de vista do controle desses estoques.

No entanto, ambas as hipóteses acima aventadas deparam com um obstáculo hoje intransponível — os elevados estoques da CEE. Os poucos passos dados no sentido de facilitar o acesso dos produtores rurais à tecnologia moderna, acabaram por aumentar a concentração de renda no setor. O leite B é fruto qua-

se exclusivo de programas de desenvolvimento (PDPL, por exemplo) aos quais apenas uma parcela restrita dos produtores teve acesso. Os padrões de qualidade que deveriam ser atendidos pela produção global, passaram a "ser exigidos" apenas a uma parcela da oferta, o acesso à qual é limitado a extratos da população que desfrutam de níveis mais elevados de renda.

Os pecuaristas beneficiados por aqueles programas de tecnificação passaram a integrar, em sua maioria, o quadro de produtores de leite B, logrando minimizar a diferença entre o volume produzido nos períodos de safra e entressafra. Devido à abundância do tipo C no período de safra, nem toda a produção de leite B é comercializada como tal. No período de entressafra, no entanto, o total produzido do tipo B encontra colocação certa no mercado. Esta flexibilidade de que dispõe o produto em mudar de letra, decorre do fato da tipificação ser dependente das condições técnicas da produção rural e dos "critérios" adotados pela plataforma da usina.

Em decorrência destes aspectos de natureza estrutural, qualquer variação da oferta, resultante de eventuais problemas climáticos ou da própria conjuntura econômica vivida pelo país, acarretam sérias dificuldades ao abastecimento da população.

Em 1977, fez-se necessária a importação de 40 mil t de leite em pó, de acordo com a informação oficial. A explicação corriqueira para o déficit de produção verificado naquele ano, recai sobre a seca que atingiu as principais bacias leiteiras do país. No entanto, outros fatores certamente também contribuíram para formar o quadro de escassez que se verificou. O preço recebido pelo produtor rural em 1976 encontrava-se, em termos reais, aos níveis de 1974, o que deve ter resultado na formação de expectativas pouco otimistas por parte dos produtores. Em 1976-77, ocorreram intensos abates de matrizes. Como o leite é proveniente, em grande medida, dos rebanhos mistos, que detêm participação elevada no total da população bovina, alguma parcela de redução da produção deve ter sua origem neste fato.

No corrente ano a produção tem transcorrrido satisfatoriamente na maioria das bacias leiteiras do país, à exceção dos Estados sulinos, onde as pastagens foram atingidas por secas e geadas. Esta região exigirá maior atenção quanto ao abastecimento da entressafra, tornando necessário o deslocamento de leite proveniente de outras regiões. O preço recebido pelo produtor depois do aumento de 52% em 77, atingiu o mesmo nível de 1975 — o maior da década — resultando em forte incentivo à produção.

No entanto, já é possível vislumbrar alguns problemas, cuja materialização só poderá ser impedida pela pronta ação das autoridades. O preço recebido pelo produtor rural foi reajustado este ano, em 30%, o que não atendeu aos anseios da classe. Por sua vez, as expectativas relativas aos preços da carne bovina são de elevação acentuada e constante. É possível portanto que, persistindo esta situação, ocorra um maior desvio de leite para prover a alimentação de bezerros, cuja cotação relativa à do leite encontra-se em patamar mais elevado.

LEITE: MERCADO INTERNACIONAL

Os diversos planos desenvolvidos em vários países, visando à auto-suficiência, vêm colocando o mercado internacional como fonte alternativa de leite barato para o Brasil. A CEE é um exemplo desta situação, onde uma política de proteção à produção agrícola resultou na formação de grandes estoques de produtos lácteos.

O volume de leite em pó estocado na CEE, nos últimos anos, quase corresponde à nossa produção anual de leite. Em abril de 78, tal volume atingiria 777.257 t, pouco abaixo da posição de um ano atrás. Segundo o *AGRA EUROPE*, o excedente de produção este ano será da ordem de 17% do total de leite encaminhado às usinas. O volume total produzido deverá situar-se em 104,8 bilhões de litros, representando um crescimento de 1,8% em relação a 1977.

A cotação do leite industrial desnatado europeu, que foi importado pelo Brasil no ano passado, situa-se atualmente em redor de US$ 500/t. A este preço o produto reidratado tem uma relação de 1 para 5, comparado ao litro de leite nacional, isto é, o produto brasileiro custa, atualmente, cinco vezes mais que o europeu, cujo preço de exportação é fortemente subsidiado.

CARNE: MERCADO INTERNACIONAL

O Brasil será obrigado a importar carne este ano justamente quando a conjuntura internacional é de preços ascendentes. A exemplo do caso brasileiro, os principais produtores mundiais encontram-se também em fase de redução dos abates. O plantel norte-americano, por exemplo, que situava-se em torno de 131,8 milhões de cabeças em 1975 encontra-se reduzido, atualmente, a 116,2 milhões de cabeças, segundo informação do USDA. Em conseqüência, as cotações da carne em Chicago elevaram-se do nível de 40 cents/lb no início do ano para cerca de 60 cents/lb em junho. O preço do produto australiano, por sua vez, aumentou de 30,8 - 31,2 cents australianos/lb em maio para 40,0 - 41,5 cents australianos/lb em junho, tendência esta que deverá persistir por algum tempo. Ainda como reflexo da relativa escassez mundial, os EUA deverão elevar suas importações de carne em 1978, em aproximadamente 90 mil t.

Nossos tradicionais fornecedores de carne bovina são o Uruguai e a Argentina devido, em grande parte, a um menor custo de transporte relativamente a outros mercados. No entanto, uma política visando incentivar o consumo interno, recentemente desenvolvida no Uruguai, já se constitui em sério entrave ao atendimento das necessidades brasileiras. A Argentina, onde a disponibilidade é também reduzida, tem ofertado carne bovina a US$ 900/t. A este preço, o produto chegaria ao Brasil em torno de Cr$ 280,00 - 300,00/@, bastante superior, portanto, ao preço de referência da COBAL (Cr$ 260,00/@).

ABASTECIMENTO DE CARNE

A situação da escassez interna motivada pela perspectiva de preços crescentes, a impotência do estoque

da COBAL frente à atual tendência do mercado e os elevados preços praticados este ano no mercado internacional, são os fatores que delineiam um quadro conturbado para os próximos 12 meses no mercado interno de carne bovina.

Visando minimizar as conseqüências negativas desta situação, as autoridades governamentais vêm dedicando esforços no sentido de maximizar a potência das armas de que ainda dispõem. A recomposição do estoque da COBAL vem sendo realizada através do acordo, já mencionado com os frigoríficos. No entanto, as quantidades até agora recebidas não atingiram o volume desejado — 200 mil t — fazendo-se portanto, necessário o recurso ao mercado internacional, mesmo aos preços ora vigentes.

A composição dos interesses dos diversos segmentos envolvidos no mercado de carne bovina faz parte, necessariamente, do atual empreendimento governamental. Como forma de tornar possível o fornecimento de carne à população a preços controlados, optou-se por permitir a existência de dois fluxos distintos de comercialização. O primeiro, executado pelos supermercados, é realizado a preços tabelados e o produto é oriundo do estoque governamental de carne (nacional ou importada) e dos frigoríficos. O segundo fluxo é realizado através dos açougues, a preços livres, e o produto é fornecido exclusivamente pelos frigoríficos a preços também livres. Esta forma de organização tem permitido aos atacadistas compor um preço médio compatível com a atual situação do mercado, e que o governo mantenha um preço ao consumidor final adequado ao objetivo antiinflacionário ao nível de supermercados.

A médio prazo, no entanto, será penoso manter o esquema em pleno funcionamento, pois as disponibilidades físicas, tanto internas quanto externas, se revelam insuficientes. O primeiro sinal de um possível fracasso se fez sentir há poucas semanas, quando o governo determinou que 90% do produto originário de importações e do estoque regulador fossem destinados, exclusivamente, aos supermercados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

ABASTECIMENTO DE LEITE

A atual sofisticação do mercado brasileiro de produtos derivados do leite é explicada, principalmente, pela necessidade de se compatibilizar uma remuneração adequada ao ramo industrial e garantir o fornecimento de leite *in natura* aos grandes centros urbanos, a preços baixos. Esta última restrição implica em que a margem de lucro desfrutada pelas indústrias no leite *in natura* é, obviamente, bastante reduzida. Em conseqüência, a remuneração adequada do ramo depende de margens de lucro relativamente mais elevadas na produção dos derivados lácteos. Assim, os problemas sazonais de escassez, ou aqueles decorrentes de eventuais entraves conjunturais se refletem, em primeiro lugar, na redução da produção de leite *in natura*.

Este problema se magnifica tradicionalmente, no período de entressafra, quando a participação dos derivados e do leite B, no total ofertado, continua a níveis suficientes ao atendimento da população.

No entanto, o produto popular — leite C — tem seu volume normal sensivelmente reduzido e o abastecimento, dependente de reidratação de seu produto estocado no período de safra, ou de importação.

Uma política bem definida de incentivo à estocagem do excedente no período de safra para posterior reidratação na época de escassez, não constitui a solução definitiva para os problemas do setor nem, tampouco, garantia absoluta de abastecimento ao longo de todo o ano. No entanto constituiria, certamente, paliativo capaz de, pelo menos, minimizar os déficits de abastecimento e os volumes importados anualmente.

Durante o período de safra deste ano, o governo concedeu crédito subsidiado para financiar 60% dos custos de estocagem do excedente, limitando, contudo, o volume total estocado com financiamento a 23 mil t. Como resultado, reduz-se a importação necessária que, todavia, não será inferior a 10 mil t.

Porém, um plano de aproveitamento dos excedentes do período de safra, talvez interesse somente ao produtor e ao consumidor. A indústria de laticínios tem sua margem de lucro na comercialização de leite oscilando entre dois limites, determinados pela intensidade da pressão exercida pelo produtor rural em sua luta por reajustes maiores, e pelo preço tabelado para o consumo. Para alargar esta faixa de variação, sem tocar nos extremos, a indústria utiliza artifícios como: subsídio de transporte, redução da percentagem de gordura no leite para aproveitamento na produção de mais derivados, importação a custo reduzido (quando permitida), canalização da produção leiteira para o tipo B — cujo preço é liberado — etc.

O leite B enfrenta algumas dificuldades de comercialização durante a época de safra, em conseqüência de seu preço elevado e da abundância de leite C que se verifica neste período. Na entressafra, por outro lado, a escassez do produto popular é contornada por esse leite tipificado, constituindo-se uma forma adicional de expansão da margem de comercialização das indústrias. Dessa maneira, à medida que se promova a estocagem de leite em pó, processado com matéria-prima nacional, para comercialização no período de entressafra, reduzir-se-á um mercado atualmente atendido por um produto que dispõe de margem de lucro mais dilatada.

Quanto ao produto importado, cujo preço justificaria compras quase ilimitadas, é objeto de pressões contrárias oriundas, principalmente, do setor produtivo rural. A facilidade atual para a importação do produto é um obstáculo à implementação de qualquer programa de estocagem reguladora.

Suco de laranja

OBSTÁCULOS FUTUROS À CÔMODA POSIÇÃO BRASILEIRA

No momento em que as perspectivas para as exportações agrícolas em 1978 não se afiguram muito promissoras, o Brasil tem condições de preservar e mesmo ampliar a posição do seu suco concentrado de laranja no mercado mundial, melhorando o desempenho do ano passado, quando conseguiu exportar 213.533 t

de suco 65º Brix, no valor de US$ 177 milhões, respondendo respectivamente, a 503% e 1.100% a mais do que em 1970.

Embora sem nenhum competidor de vulto para por em xeque a sua cômoda posição atual, a curto e médio prazos alguns obstáculos deverão surgir para perturbar a tranqüilidade do Brasil, detentor de aproximadamente 80% do mercado mundial de suco cítrico concentrado.

Em relação à citricultura norte-americana destinada à industrialização, cuja participação no mercado internacional foi majoritária até 1968, restam poucas possibilidades de voltar a competir com o Brasil, pelas seguintes razões:

— a expansão da área de plantio na Flórida, onde se concentra a totalidade da citricultura industrial, atingiu o seu ápice, em virtude do desenvolvimento urbano e conseqüente valorização das terras;

— o crescimento do consumo interno, da ordem de 10% ao ano, não é acompanhado pela expansão da própria produção local que, ao contrário, nos últimos anos tem sofrido reveses decorrentes das geadas na área citrícola.

Assim, mesmo que venha a atingir a produção máxima esperada de 200 milhões de caixas (a estimativa da safra 77/78 é de 167 milhões) a agroindústria de suco cítrico da Flórida não tem condições de se voltar para o mercado internacional, a menos que haja uma reviravolta nas tendências apontadas.

Outro aspecto relevante refere-se à possibilidade de entrada no mercado internacional de países tradicionalmente não citrícolas. A médio prazo, essa preocupação deve ser uma tônica do setor interessado pois é natural o desejo de partilha de um mercado mundial emergente cujas exportações em 1978, deverão superar a casa dos US$ 300 milhões. Nesse sentido, as notícias chegadas de Cuba informam sobre o plantio de laranja em larga escala na Ilha. Os motivos para tal iniciativa diversificadora residem obviamente nos problemas econômicos advindos da baixa do açúcar no mercado internacional e na possível decisão soviética de, em 1980, não renovar o acordo comercial de compra do açúcar cubano. Resta saber que objetivos estão embutidos no desenvolvimento da citricultura da Ilha. Especula-se sobre o atendimento do mercado norte-americano induzindo os EUA a uma compensação parcial da queda de participação do açúcar cubano no mercado mundial. Isto poderia significar, numa etapa posterior, maior participação da própria agroindústria norte-americana no mercado mundial. A resposta estará, por certo, em se procurar conhecer a magnitude do empreendimento, e até que ponto ocorrerá a substituição da cultura de cana-de-açúcar.

Outro concorrente que, futuramente, poderia obstaculizar a nossa posição de hegemonia no mercado mundial de suco concentrado de laranja, seria a África do Sul. Até o presente, a produção de suco naquele país africano não chega a influir na oferta brasileira, mas problemas políticos como o boicote comercial às exportações da fruta *in natura*, poderiam levar aquele país a aumentar sua produção do concentrado, constituindo-se em um concorrente a mais do nosso produto no exterior.

MONOPÓLIO NO PARQUE INDUSTRIAL CADA VEZ MAIS SOLIDIFICADO

No plano interno, a perspectiva de colheita recorde tem gerado divergências entre os setores agrícola e industrial, motivando um clima de apreensão permanente, apesar de todas as iniciativas oficiais de atender aos interesses conflitantes.

Segundo as previsões oficiais, a produção citrícola 77/78 do Estado de São Paulo onde se concentra o parque industrial de sucos, está estimada em 114 milhões de caixas, 12,2% acima da safra 76/77. Desse volume de produção, as informações das agroindústrias dão conta de que serão processadas 85 milhões de caixas (*output*: 270.000 t de suco a 65º Brix) correspondendo a um aumento de cerca de 54,5% em relação à temporada passada, e 75% de utilização da capacidade instalada.

Atualmente, ocorrem fortes divergências entre os industriais e citricultores, em face da resistência dos primeiros em cumprir o "acordo de cavalheiros" que previa o pagamento do preço-referência da laranja a ser praticado na corrente safra, fixado sob o arbítrio da CACEX em Cr$ 36,00/caixa de 40,8kg,correspondente a uma majoração de 29% sobre o preço vigente na safra passada. Do lado dos industriais, a alegação para o não cumprimento do acordo baseia-se no fato de que o processamento do volume total de laranja disponível geraria excedentes da ordem de 20 mil t de concentrado, tendo em vista a limitação do mercado externo (que poderá absorver, no máximo, 240 mil t em 1978) e do consumo interno que, estando abaixo de 5% do total produzido, é praticamente desprezível em termos de absorção do excedente. Assim, os custos de estocagem a frio constituir-se-iam em ônus financeiro adicional para as agroindústrias. Acrescente-se que esse argumento fora usado anteriormente para evitar a redução nos incentivos fiscais sobre as exportações, medida acenada pela CACEX. Desse modo, com a manutenção dos subsídios ao nível de 20% do preço do produto, nos mesmos níveis da safra anterior, e tendo em vista os preços internacionais altamente compensadores (US$ 1.040,00/t), julgava-se não haver mais obstáculos ao cumprimento do acordo firmado.

Do outro lado, os produtores, além dos custos elevados de produção, ressentem-se de sua forte dependência dos industriais, após o estabelecimento da ***holding*** Fisher-Cutrale, que passou a controlar 80% da produção destinada a processamento. Alegam, portanto, que o poder oligopsônico da agroindústria, no sentido de reduzir o preço da matéria-prima, vem causando prejuízos à citricultura em geral. Segundo os citricultores, a forma encontrada pela agroindústria para reduzir a remuneração do produtor foi a adoção do preço de Cr$ 41,00/caixa posto fábrica. Assim, o produtor teria sua rentabilidade reduzida devido ao fato de que os custos de colheita e transporte são maiores do que a diferença entre o preço "porteira fechada" do acordo e o estabelecido posteriormente, de modo unilateral. Desse impasse, resultaram elevadas perdas, principalmente das variedades precoces, pois a colheita não se iniciou em tempo hábil.

Após ataques e denúncias dos dois setores, encontrou-se uma solução para o impasse. Recentemente, numa reunião das partes interessadas, mediadas pela Secretaria de Agricultura de São Paulo, decidiu-se pela adoção de três níveis de preços a serem pagos na corrente safra: Cr$ 36,00/caixa no pomar; Cr$ ... 41,00/caixa entregue nos entrepostos da ***holding*** e Cr$ 42,00/caixa entregue na fábrica.

Dentro desse contexto, a expansão da área plantada, é motivo de preocupação do setor, pela perspectiva de excedentes cada vez maiores. De acordo com os últimos levantamentos, a área da safra 77/78 registra uma expansão de 9,5%, em relação à área colhida em 76/77.

EXPANSÃO DOS MERCADOS REQUER MAIOR AGRESSIVIDADE

Assim, em face da expansão da produção, a perspectiva de existência, a curto prazo, de excedentes do suco concentrado de laranja, deverá exigir implantação de políticas mais agressivas para abertura de novos mercados, tanto no plano interno como no externo.

No que se refere ao consumo doméstico, em níveis inexpressivos atualmente, sua expansão dependerá de uma política de mudança dos hábitos de consumo da população, que dá preferência à fruta *in natura*. Este segmento, passível de conquista, implicará obviamente na redução do consumo de laranja fresca, cujo destino poderá ser a exportação, desde que sejam superados entraves (aspecto e qualidade) a essa alternativa. Mas, evidentemente, o mercado interno estará, ainda, por bastante tempo, tolhido pela camisa-de-força da concentração da renda brasileira. Sendo o suco um produto sofisticado, a expansão de seu consumo permanecerá adstrita às faixas privilegiadas pela atual distribuição de rendimentos. A outra alternativa, de eficácia duvidosa, para os possíveis excedentes, seria o consumo compulsório do suco de laranja pela população, através da efetivação da Lei dos Sucos que, após 5 anos de existência, continua em desuso.

No plano externo, a expansão do mercado para o produto brasileiro depende não só da abertura de áreas não tradicionais, (países do Leste Europeu e Oriente Médio, principalmente) como também de gestões para redução ou eliminação das barreiras alfandegárias dos países importadores, que atualmente oneram o consumidor estrangeiro de suco brasileiro e diminuem a renda líquida do produto nacional. Exemplificando, a tarifa do Mercado Comum Europeu para importação do suco de laranja do Brasil é de 19%, enquanto que para o de procedência israelense é de apenas 5,5%.

Ainda no mercado internacional, uma política específica de vendas diretas, a fim de eliminar países que são entrepostos intermediários, deveria ser objeto de maiores estudos. Na verdade, a atuação desses intermediários é nociva à imagem do produto nacional, não só pela redução da qualidade através de diluições e incorporação de aditivos, mas também pela omissão da origem do produto na comercialização final.

Dentre os centros consumidores não tradicionais e que vêm sendo objeto de investida das nossas agroindústrias, destacam-se os países do Oriente Médio. Essas investidas, feitas através de *joint ventures* com capitais internacionais, deverão resultar em dividendos apreciáveis. Resta, contudo, a dúvida quanto ao interesse futuro da indústria brasileira, de filiação estrangeira, em continuar mantendo o Brasil como principal origem do suco importado pelo Oriente Médio.

Especificamente em relação à presente safra, as perspectivas no plano internacional são bastante promissoras, tendo em vista o preço médio praticado no 1º semestre, 100% maior do que aquele registrado em igual período de 1977. Assim, pode-se prever uma receita da ordem de um quarto de bilhão de dólares com as exportações do suco de laranja.

A tendência dos preços internacionais que deverá se verificar no próximo ano, em grande medida, dependerá do acerto e objetividade que serão conferidos à estratégia brasileira de exportações de suco cítrico no segundo semestre de 1979. Desta forma, é provável que as cotações do produto, permaneçam até o início da próxima colheita, em torno dos níveis atualmente praticados – US$ 1.000,00/t. Assume portanto, caráter primordial a administração dos excedentes bem como a determinação da quantidade a ser exportada, objetivando a manutenção da elevada remuneração ao setor como um todo e a preservação da fatia do mercado atualmente desfrutada pelo Brasil.

Também colaboraram neste número os seguintes estagiários:

Irene Freire Raguenet
Sônia Uderman
Lauro Flávio Vieira de Faria
Rogério Carneiro Campello
Pedro Henrique Junqueira Reis
Jorge Batista Torres

Outrossim, registre-se a colaboração de:

- *Sociedade Rural Brasileira*
- *Sociedade Nacional da Agricultura*
- *Entidades Sindicais*
- *Empresas e Cooperativas*
- *Órgãos de governo*
- *Outros destinatários de Agroanalysis*

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo – representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOM!A

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RÍO DE JANEIRO - RJ - BRASIL